



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

A CAPACITAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES E A MELHORIA DAS APRENDIZAGENS DOS ALUNOS



... segue aos 3 de Junho de 2025

... disciplina: Matemática


... ma: Grandezas e medidas

... subtema: Medidas e tempo

1. Qual é o título para

Cada


PACTO DE PARCERIA DE ANGOLA



**A CAPACITAÇÃO
E VALORIZAÇÃO**
DOS PROFESSORES
E A MELHORIA DAS
APRENDIZAGENS
DOS ALUNOS



PACTO DE PARCERIA DE ANGOLA

ÍNDICE

ÍNDICE DE TABELAS	6
LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS	7
PREFÁCIO	9
RESUMO EXECUTIVO	11
1. INTRODUÇÃO	12
2. CONTEXTUALIZAÇÃO: PROGRESSOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS ACTUAIS DO SECTOR	15
3. ANÁLISE DE FACTORES FACILITADORES DA TRANSFORMAÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO ANGOLANO	24
3.1. Introdução	24
3.2. Dados e evidências	25
3.3. Planificação, política e monitoria sensíveis às questões de género	25
3.4. Financiamento, coordenação e comunicação	26
3.4.1. Diálogo sectorial inclusivo e ação coordenada	26
3.4.2. Financiamento coordenado	27
3.5. Volume, Equidade e Eficiência do Financiamento Interno	27
3.6. Análise contextualizada dos Factores Facilitadores	30
3.7. Resumo de alto nível dos fatores facilitadores avaliados como de alta prioridade	31
3.8. Implementação de medidas que respondem aos dois factores identificados como Prioridade Alta	31



4. TEORIA DE MUDANÇA	35
4.1. Impacto	36
4.2. As áreas da reforma prioritária	37
4.3. Resultados, resultados intermédios e intervenções	42
4.4. Breve descrição da teoria de mudança (TdM): Resultados, Resultados Intermédios e intervenções estratégicas	46
5. ALINHAMENTO DOS RECURSOS DO GOVERNO, DOS PARCEIROS E DA GPE	61
5.1. O papel do Orçamento Geral do Estado no sector da Educação	61
5.2. Compromissos de parceiros até 2030	62
5.3. Áreas e intervenções a serem apoiadas pelas subvenções da GPE	65
5.3.1. Subvenção de Desenvolvimento das Capacidades do Sistema	66
6. MONITORIA, AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM	69
6.1. Monitoria	69
6.2. Encontros de coordenação no âmbito do diálogo sectorial inclusivo	70
6.3. Principais indicadores de Monitoria e avaliação	71
6.4. Avaliação	75
6.5. O papel da Sociedade Civil na Monitoria e Avaliação	75
6.6. Aprendizagem	75
7. COORDENAÇÃO DA EXECUÇÃO, DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES E ASSISTÊNCIA	76
7.1. Coordenação da Execução	76
7.2. Abordagem de desenvolvimento de capacidades	77
8. BIBLIOGRAFIA	78



ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Taxas de aprovação, reprovação, abandono e de conclusão, por níveis de ensino e género em 2019 e 2021 22

Tabela 2: Factores Facilitadores e a sua prioridade 30

Tabela 3: Factores Facilitadores classificados como Prioridade ALTA 31

Tabela 4: Resultados, Resultados Intermédios e Intervenções Estratégicas - Angola 42

Tabela 5: Indicadores de Impacto e de Resultados Intermédios 71





LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

AFF	Análise de Factores Facilitadores
EGRA	Avaliação da leitura nas Classes Iniciais
EGRA III	Terceira EGRA Nacional em Angola
GPE	<i>Global Partnership for Education</i> Parceria Global para a Educação (Sigla em Inglês)
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
ITAP	<i>Independent Technical Advisory Panel</i> Painel Consultivo Técnico Independente
LEG	<i>Local Education Group</i> Grupo Local da Educação (Sigla em Inglês)
MAT	Ministério da Administração do Território
MED	Ministério da Educação
MEPT	Movimento de Educação para Todos
MINFIN	Ministério das Finanças
PADN	Plano Anual de Desenvolvimento Nacional
PDN	Plano de Desenvolvimento Nacional
PNDE	Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação
PNFGPD	Programa Nacional de Formação e Gestão de Pessoal Docente
OGE	Orçamento Geral do Estado
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OSC	Organizações da Sociedade Civil
STEM	Science, Technology, Engineering and Mathematics Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática
TUPPI	Todos Unidos Pela Primeira Infância
ZIP	Zona de Influência Pedagógica




 REPÚBLICA DE ANGOLA
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
**PACTO DE PARCERIA
 DE ANGOLA PARA
 A EDUCAÇÃO**








PREFÁCIO

O Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2023-2027 destaca o facto de o país possuir uma visão de longo prazo, explicitada através da Estratégia de Longo Prazo “Angola 2050”, na qual um dos eixos prioritários de desenvolvimento é a valorização e potenciação do seu capital humano através da educação e formação técnico-profissional. É uma visão acertada, tendo em conta que a população angolana é jovem e nesta se deve investir para se poder obter o respectivo dividendo demográfico.

Neste sentido, o PDN 2023-2027 reconhece os desafios que o Executivo Angolano enfrenta em relação à expansão do acesso a um serviço de educação de qualidade, inclusivo e equitativo. Por isso, o mesmo documento preconiza o acesso universal à educação de crianças e jovens angolanos o que implica aumentar as taxas de escolarização a todos os níveis e em todo o território nacional, de modo a materializar a escolaridade obrigatória até ao fim do 1º Ciclo do Ensino Secundário (9ª Classe).

Na busca de uma melhor contribuição para o desenvolvimento do Sistema de Educação e Ensino angolano, o Ministério da Educação (MED) e seus parceiros decidiram desenvolver o presente Pacto de Parceria de Angola com o foco na “CAPACITAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES”, como uma área de intervenção (reforma) prioritária com potencial de catapultar uma mudança total do sistema.

O Pacto de Parceria reflecte o compromisso do MED e seus parceiros de trabalhar em conjunto em torno da reforma prioritária, com potencial para produzir um efeito catalítico na transformação do Sistema de Educação e Ensino angolano, tendo como principal objectivo a melhoria dos resultados de aprendizagem.





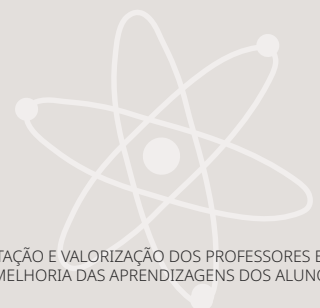
RESUMO EXECUTIVO

O Pacto de Parceria de Angola estabelece um compromisso conjunto entre o Governo e os parceiros do setor da educação para impulsionar uma reforma sistémica centrada na melhoria das aprendizagens no ensino primário. Num contexto marcado por baixos níveis de proficiência em leitura e matemática no ensino primário, fraca equidade no acesso e financiamento limitado, o Pacto propõe uma abordagem estruturada e alinhada às prioridades nacionais definidas no PDN 2023–2027 e na Estratégia de Longo Prazo “Angola 2050”.

Apesar dos avanços nas taxas de matrícula e na paridade de género, persistem desafios significativos: cerca de 30% das crianças continuam fora da escola, o rácio aluno/professor é elevado, sobretudo nas zonas rurais, e muitos professores carecem de formação adequada. O fraco financiamento do sector (apenas 6,4% do orçamento nacional em 2024) e a ausência de mecanismos formais e inclusivos de diálogo entre governo e parceiros comprometem a eficácia das políticas educativas.

A prioridade estratégica do Pacto é a capacitação e valorização dos professores, com foco no ensino primário, reconhecendo o seu papel central para a melhoria dos resultados de aprendizagem e a promoção de maior eficiência nos níveis subseqüentes de ensino. Esta reforma será acompanhada por acções complementares nas áreas da gestão escolar, igualdade de género, melhoria dos ambientes de aprendizagem e reforço da gestão escolar participativa, com envolvimento activo da sociedade civil, famílias e comunidades.

O Pacto será liderado pelo Ministério da Educação, com apoio técnico e coordenação assegurados por uma equipa do GEPE. **As iniciativas irão impulsionar o reforço de capacidades em todos os níveis do sistema educativo e promover o aprimoramento do quadro legal e normativo, assegurando mecanismos robustos de monitoria e avaliação contínua que orientem a tomada de decisões estratégicas e a afinação progressiva das intervenções.** A participação da sociedade civil será valorizada como mecanismo essencial de monitoria independente e responsabilização pública.





INTRODUÇÃO



Desde a Independência Nacional, em 1975, o Governo de Angola tem mantido na sua agenda de desenvolvimento nacional o desafio de oferecer educação e formação aos seus cidadãos como uma das primeiras prioridades, apesar da guerra que perdurou até ao ano 2002. Como resultado, o país saiu de uma taxa de analfabetismo estimada em 85% no momento da Independência nacional (MED, Relatório de Monitorização sobre EPT, 2014) para 34% em 2014 (INE, 2014).¹

Estima-se que, entre 2018 e 2019, havia 5,2 milhões de crianças com idades compreendidas entre os 5 e os 11 anos que não estavam a frequentar a escola, o que correspondente a 30% das crianças deste do grupo etário.²

¹ INE, citado no Plano de Acção para a intensificação de Alfabetização e da Educação de Jovens -EJA- Angola 2019-2022, Decreto Presidencial nº 257/19 de 12 de Agosto.

² MED, United Nations, UNESCO e UNICEF, Relatório da Consulta Nacional: Cimeira sobre a Transformação da Educação (pag. 12).





O número de professores no Ensino Primário que chegou a ser de **156 234 em 2014**,³ conheceu uma redução para **96 805 em 2021**,⁴ o que provocou um aumento do rácio alunos/professor.

Os resultados de aprendizagem no Ensino Primário têm sido motivo de preocupação. Dados do Relatório de Avaliação do Grau de Leitura nas Classes Iniciais em Angola (EGRA III), revelaram, que há níveis baixos de leitura na 3ª classe, sendo que os meninos tendem a ter melhores resultados que as meninas e os que residem nas zonas urbanas também apresentaram melhores resultados que os das zonas rurais. Revelaram, de igual modo, que os alunos que têm o português como língua materna apresentaram melhores resultados do que aqueles cuja primeira língua não é o português.

Existem factores externos, como os efeitos da COVID-19 que tiveram um impacto severo nos progressos realizados no Sector da Educação em Angola. A pandemia afectou consideravelmente alguns dos resultados positivos alcançados na educação com o aumento das matrículas nos diferentes subsistemas de ensino ao longo dos últimos 20 anos. Assim, estima-se em cerca de 15% de desistência escolar.⁵

Importa realçar que ainda existem desafios em termos de governação do sistema educativo, desde a escola até ao nível central, com impacto na implementação das políticas educativas, nos planos de desenvolvimento da educação e na prestação de um serviço educativo de qualidade.

É neste contexto que, para o desenvolvimento do Pacto de Parceria de Angola, emerge a **“CAPACITAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES”**, como uma área de intervenção (reforma) prioritária, que constitui o mais importante factor crítico de sucesso para a mudança total do sistema de educação, tendo como principal objectivo a melhoria dos resultados de aprendizagem.

O Pacto de Parceria reflecte o compromisso do MED e os seus parceiros de trabalhar em conjunto em torno da reforma prioritária, reconhecendo os desafios que se colocam à prestação dos serviços educativos, tendo como áreas de maior preocupação o ensino de qualidade a ser ministrado por professores motivados e qualificados, gestores e sistemas de governação e gestão que garantam intervenções de qualidade, bem como o ambiente de aprendizagem e todos os esforços para apoiar os bons resultados de aprendizagem e a permanência dos alunos no sistema educativo, com destaque para os mais vulneráveis e para as raparigas. Importa salientar o tópico escolhido está alinhado com o Projecto TEST (intervenção financiada conjuntamente por Banco Mundial e GPE, no âmbito da Subvenção do Fundo Multiplicador) e é parte integrante deste Pacto de Parceria. Através do projecto TEST pretende-se melhorar a qualidade dos estudantes admitidos aos

³ PNDE 2017-2030 (pag. 27).

⁴ Anuário Estatístico da Educação 2021/2022 (pag. 7).

⁵ MED, United Nations, UNESCO e UNICEF, Relatório da Consulta Nacional: Cimeira sobre a Transformação da Educação (pag. 25).

cursos do Ensino Superior, com particular foco para o acesso à formação inicial (pré-serviço) de professores de alta qualidade e melhorar a qualidade do ensino e dos programas de preparação de professores, tendo como base as plataformas TEACH, COACH, desenvolvidas pelo MED e Banco Mundial no âmbito do projecto PAT.

O impacto e a reforma sugeridos no Pacto de Parceria estão em alinhamento com as políticas e planos nacionais, com particular destaque para o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) e o PNDE “Educar Angola 2030”. Com base numa teoria da mudança, foram identificados o impacto, resultados, resultados intermédios e áreas de intervenção estratégica que podem alavancar a transformação, centrando-se na melhoria da prestação de serviços e, em última análise, elevando os resultados da aprendizagem.


O desenvolvimento do Pacto de Parceria foi precedido pela “Análise dos Factores Facilitadores” e este exercício foi levado a cabo pelo Grupo Local da Educação (LEG) que, para o efeito, criou uma Task Force.

Importa acrescentar que a Análise dos Factores Facilitadores e a elaboração do Pacto de Parceria constituem um requisito para o Governo da República de Angola aceder as novas subvenções financeiras junto da GPE.

O Pacto de Parceria, não se limita ao acesso aos novos fundos disponibilizados ou a serem disponibilizados pela GPE, mas apresenta uma orientação e um guia para a transformação do Sector e do Sistema que o MED, os parceiros de cooperação internacional e as Organizações da Sociedade Civil (OSC), pretendem seguir, apoiar, financiar e implementar para o alcance dos resultados previstos, com enfoque na melhoria da aprendizagem das habilidades fundamentais.

É importante acrescentar que o Pacto de Parceria não é um projecto e, por isso, apresenta-se como um quadro de orientação geral e concordância de concentração de esforços sobre as áreas prioritárias em que o MED e os seus parceiros devem trabalhar em conjunto nos próximos anos, em prol do cumprimento de políticas e planos nacionais e dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).





CONTEXTUALIZAÇÃO: PROGRESSOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS ACTUAIS DO SECTOR

Desde a conquista da Independência Nacional, em 1975, o Governo de Angola tem mantido na sua agenda o desafio de desenvolvimento do seu Sistema de Educação e Ensino, como uma das primeiras prioridades, apesar da guerra que perdurou até ao ano 2002. Com efeito, desde a Independência Nacional de Angola podem ser destacadas quatro fases de desenvolvimento do sistema educativo, nomeadamente:

(i) 1975–1986
(Herança do sistema educativo colonial e 1ª Reforma Educativa)

(ii) 1986–2001 (2ª Reforma Educativa a partir do diagnóstico do sistema educativo e concepção do novo sistema educativo angolano)

(iii) 2001–2015
(Estratégia Integrada para a melhoria do sistema educativo) e

(iv) 2015–2030
(PNDE-Educar Angola).



Durante o período de implementação do (PNDE- Educar Angola) o Sistema de Educação de Angola registou os seguintes efectivos escolares, como abaixo se apresenta, por níveis de ensino e de acordo com o Anuário Estatístico da Educação 2021.⁶

No que diz respeito à Educação Pré-Escolar, a abordagem se limita à classe de Iniciação, pois os anuários estatísticos da educação mais recentes não fazem alusão aos centros infantis. Neste sentido, a classe de Iniciação em 2021 contou com 799,202 alunos matriculados dos quais cerca de 48% eram do sexo feminino e 52% do sexo masculino. Uma participação mais alta das raparigas em relação aos rapazes foi registada nas províncias de Malanje (55%), Cunene e Lunda Sul (53%) e Cabinda (52%). Em contrapartida, a participação mais baixa foi observada nas províncias de Cuanza Sul e Moxico (44%) e de Lunda Norte e Zaire (42%). Os efectivos escolares da classe de Iniciação são enquadrados por um total de 18,295 professores, dos quais cerca de 54% são professoras e cerca de 35% não possuem formação pedagógica.

Embora o Anuário estatístico 2021/2022 não forneça dados sobre os centros infantis para acolher crianças do grupo etário dos 0 aos 6 anos, o Ministério da Educação, em colaboração com a UNICEF, desde 2018, está a implementar o projecto “Todos Unidos Pela Primeira Infância” (TUPPI). Neste âmbito, de 2018 a 2023, mais de 98 mil crianças foram atendidas em seis (6) províncias do Uíge, Moxico, Huíla, Bié, Cunene e Luanda e em 2024 está a ser implementado em dez (10) províncias, nomeadamente, Malange, Bengo, Huíla, Moxico, Huambo, Bié, Cunene, Luanda, Uíge e Zaire onde foram formados 241 formadores nacionais, atendidas 36.449 crianças, tendo sido envolvidas 12.335 famílias e 449 facilitadores.⁷ Espera-se que, até 2027, este projecto venha a cobrir a totalidade das 21 províncias do país.

Quanto ao Ensino Primário, em 2021 foram matriculados 5,217,940 alunos, enquadrados por 96,805 professores e acomodados em 9933 escolas primárias.



5,217,940
alunos



96,805
professores



9933
escolas primárias

Os alunos foram agrupados em 95,691 turmas, das quais cerca de 11% funcionaram ao ar livre. Entre províncias, foram registadas variações importantes em relação ao número de turmas ao ar livre: as províncias de Cunene (27%), Benguela (17%) e Uíge (14%) são as que tiveram percentagens mais altas de turmas ao ar livre. Em contrapartida, as províncias de Cabinda, Cuanza Norte e Luanda não tiveram turmas ao ar livre.

Ao comparar os dados de 2021 com os de 2015, nota-se um ligeiro decréscimo no número de alunos (5,300,400 em 2015), de escolas (12,023 em 2014) e de professores (100,790 em 2014).⁸ Portanto, esta diminuição impõe enormes desafios ao sistema educativo Angolano, tendo em conta os altos índices de crescimento demográfico.

Em relação ao género, há uma tendência para equilíbrio de género pois, do número total de alunos matriculados no Ensino Primário,

⁶ Anuário Estatístico da Educação 2021/2022.

⁷ Ministério da Educação, DNEPEP 'TdR da Formação de Formadores do TUPPI, 2024'.

⁸ PNDE 2017-2030 – Educar Angola 2030 (pag. 24).

49% foram meninas e 51% foram rapazes. Mas foram registadas variações significativas entre províncias: as de Cunene (53%), Luanda (52%), Cabinda, Cuando Cubango e Namibe (51%) apresentaram percentagens mais altas a favor das meninas e, em contrapartida, Malanje (41%), Lunda Norte (43%) e Moxico (46%) apresentaram percentagens mais baixas de participação feminina no Ensino Primário. Ainda em relação aos alunos, a taxa líquida de escolarização (TLE) foi de 69% no total, desdobrando-se em 71% para rapazes e 67% para meninas. As TLEs foram mais altas para as meninas em Luanda (59%) e mais baixas em Malanje (42%) e Cuando Cubango (33%).

Em relação ao corpo docente afecto ao EP, do total de 96,805 professores há equilíbrio de género, com 50% para professoras e 50% para professores. São as seguintes as províncias com maior percentagem de professoras: Luanda (58%), Bié (56%) e Benguela (53%) e, em contrapartida, as que têm menor percentagem de professoras são as de Zaire (39%), Uíge (32%) e Bengo (25%). Quanto à sua qualificação pedagógica, do número total de professores, cerca de 19% não tinha formação pedagógica. A maior percentagem de professores sem formação pedagógica registou-se no seio de professores (54%).

O Ensino Secundário Geral tem como missão preparar graduados para ingressarem na formação de professores para o ensino geral, no Ensino Superior e no Ensino Técnico-Profissional para a formação de técnicos médios. O 1º Ciclo é frequentado pelas crianças e jovens dos 12 aos 14 anos de idade (7ª, 8ª e 9ª classe) e o 2º ciclo pelos alunos dos 15 aos 17anos de idade (10ª, 11ª e 12ª classes).

No que diz respeito ao Ensino Secundário I Ciclo (ES1), em 2021 foram matriculados 1,561,119 alunos no ES1 enquadrados por 54,483 professores e acomodados em 2,902 escolas e agrupados em 49,793 turmas. Deste número de turmas, 552 funcionaram ao ar livre e a maior parte dos casos foi registado nas províncias de Huíla (296 turmas ao ar livre), Benguela (194) e Huambo (36). Quanto ao género, do número

total de alunos matriculados, 53% foram rapazes e 47% foram meninas. As províncias com maior percentagem de meninas foram Cunene (55%), Cabinda e Namibe (52%) e, em contrapartida, as que tiveram menor percentagem de participação feminina foram as de Lunda Norte (35%), Malanje (36%) e Uíge (39%). Ainda em relação aos alunos, a taxa líquida de escolarização (TLE) foi de 29,5% no total, sendo 31% para rapazes e 28% para meninas. As TLEs foram mais baixas para as meninas foram registadas nas províncias de Cuando Cubango (8%), Lunda Norte (9%) e Cunene (10%) e, em contrapartida, as percentagens de participação feminina foram ligeiramente superiores aos rapazes na províncias de Bengo (31%), Cabinda (30%) e Namibe (28%).

Em relação ao corpo docente afecto ao ES1, do total de 54,483 professores, em termos de género, foi registada uma diferença significativa pois, 62% foram professores e 38% foram professoras. Esta posição dominante do número de professores em relação ao de professoras manteve-se também em relação às províncias. Quanto à sua qualificação pedagógica, do número total de professores, cerca de 13% não tinham formação pedagógica. A maior percentagem de professores sem formação pedagógica registou-se no seio de professores (63%) e esta tendência se manteve em todas as províncias.

Quanto ao Ensino Secundário II Ciclo (ES2), em 2021 foram matriculados 903,197 alunos no ES2 enquadrados por 33,637 professores, acomodados em 1,416 escolas e agrupados em 21,548 turmas. Deste número de turmas, apenas 2 funcionaram ao ar livre na província de Huíla. Quanto ao género, do número total de alunos matriculados, 54% foram rapazes e 46% foram meninas. As províncias com maior percentagem de meninas foram Lunda Sul (53%), Bengo (52%), Luanda e Namibe (51%) e, em contrapartida, as que tiveram menor percentagem de participação feminina foram as de Malanje (42%), Cuanza-Sul, Lunda Norte e Moxico (46%). Ainda em relação aos alunos, a taxa líquida de escolarização (TLE) foi de 16,7% no total, sendo 18,1% para rapazes e 15,4%

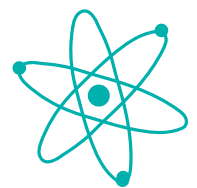


Ensino Secundário I Ciclo (ES1), em 2021

1,561,119 alunos
54,483 professores
2,902 escolas
49,793 turmas.

Ensino Secundário II Ciclo (ES2), em 2021

903,197 alunos
33,637 professores
1,416 escolas
21,548 turmas.



para meninas. A tendência de superioridade das TLEs dos rapazes manteve-se também em relação às províncias.

Em relação ao corpo docente afecto ao ES2, do total de 33,637 professores, em termos de género, foi registada uma diferença significativa pois, 70% foram professores e 30% foram professoras. Esta posição dominante do número de professores em relação ao de professoras manteve-se também em relação às províncias. Quanto à sua qualificação pedagógica, do número total de professores, cerca de 22% não tinham formação pedagógica. A maior percentagem de docentes sem formação pedagógica registou-se no seio de professores (71%) e esta tendência se manteve em todas as províncias.

Sobre a Alfabetização de jovens e adultos

De acordo com o PDN2023-2027, a taxa de analfabetismo em Angola é ainda relativamente elevada, com 24% da população acima de 15 anos analfabeta, em grande parte mulheres e comunidades rurais. O analfabetismo torna-se numa barreira para o sucesso profissional e mobilidade social dos angolanos, com repercussões na sua qualidade de vida e produtividade. Neste domínio, há destacar que o MED e Banco Mundial, no âmbito do projecto PATII (Educação para Todos), estão a oferecer a jovens e adultos Angolanos uma educação de segunda oportunidade e competências para a vida. Trata-se de proporcionar a raparigas e rapazes fora da escola oportunidades de

concluir a sua educação e adquirir habilidades para a vida. Neste âmbito, as actividades visam melhorar e expandir os actuais programas de segunda chance e esses programas permitem que jovens e adultos, fora ou dentro do sistema educacional, com incompatibilidade de idade/classe, tenham a oportunidade de concluir o ensino primário em três anos e concluir o ciclo 1 do ensino secundário em dois anos, por meio de aulas diurnas ou nocturnas. As aulas oferecidas às Angolanas e Angolanos visam fortalecer a aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes, para facilitar a transição escola-trabalho e eles podem se beneficiar de cursos profissionalizantes ou de artes e ofícios, oferecidos por instituições públicas ou privadas da localidade, reconhecidos e certificados pelo Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP), tutelado pelo Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS).

Sobre as línguas de ensino

De acordo com o Censo da População de 2014 as línguas principais mais faladas em Angola eram o português falado por mais de metade da população (71,15%) com maior predominância nas áreas urbanas onde 85% da população fala a Língua Portuguesa, enquanto somente 49% na área rural. O Umbundu, nas províncias de Benguela, Huambo, Bié e Huila, é a segunda língua mais falada com 23%, seguindo-se as línguas Kikongo, nas províncias de Uíge e Zaire e Kimbundu, nas províncias de Luanda, Malanje, Cuanza Norte, Cuanza Sul e Bengo com cerca de 8% cada. De um total estimado em cerca de 20, as Línguas Angolanas de Origem Africana, mais de 20, destacam-se as 7 principais já estudadas pelo Instituto de Línguas Nacionais (ILN), e que são consideradas nos currículos do Ensino Primário nas respectivas regiões: Umbundu, Kimbundu, Kikongo, Cokwe, Oxikwanyama, Ngangela, Olunyaneka. A aprendizagem das Línguas Angolanas de Origem Africana foi adoptada tendo em vista a preservação do património linguístico através do seu ensino,

desde os primeiros anos e contribuir para o resgate da identidade linguística do País.

Sobre Professores

Como é sobejamente sabido, os professores desempenham um papel crucial no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem de qualidade. Portanto, o executivo angolano sempre procurou assegurar o recrutamento de professores para enquadramento dos alunos no sistema educativo. É prova disso, o facto de o número de professores no Ensino Primário ter passado de 73.107 em 2003 para 109.441 em 2010. Contudo, de acordo com um estudo do UNICEF,⁹ em anos mais recentes, registou-se uma redução do número de professores do ensino primário, de 106 375 em 2015 para 80 578 em 2021, o que corresponde a uma diminuição de 24%.

Esta redução do número de professores provocou um aumento do rácio alunos/professor. Os rácios alunos/professor, neste nível de ensino, aumentaram de 47:1 para 50:1 entre 2015 e 2021. O mesmo estudo, revelou que as escolas das zonas rurais tinham, em média, turmas maiores, com um rácio alunos/professor atingir 71:1 comparado com 56:1 nas escolas em zonas urbanas. Este rácio revelou ainda as dificuldades para colocar e reter professores nas zonas rurais, o que foi ainda mais agravado pelo facto de as zonas rurais também terem tido, em média, professores menos qualificados, em termos de habilitações académicas e pedagógicas.

Esta situação, combinada com o elevado número de crianças fora da escola e uma taxa de crescimento populacional (mais alta do que a média da África Subsariana), pode-se inferir que há necessidade de recrutar mais professores para assegurar que todas as crianças possam ter acesso a condições de aprendizagem adequadas. A falta de professores tem sido reconhecida como um grande constrangimento para o sistema educativo angolano.

⁹ MED e UNICEF, Professores para Todos: Melhorar a alocação de professores em Angola, 2024 (pag. 14).

Às insuficiências acima referidas, acrescenta-se o problema da desigual distribuição dos professores por províncias. Um estudo recente da UNICEF revelou que a distribuição do corpo docente feminino era desigual dentro dos municípios e entre os mesmos. A nível nacional, 50% dos professores são mulheres. Contudo, a percentagem média de docentes do sexo feminino nas comunas é de 29%, o que é indicativo de disparidades na distribuição de professoras em todo o país. As professoras estão mais concentradas nas escolas urbanas, onde 37 por cento dos professores são mulheres, em comparação com 24 por cento nas zonas rurais.

Para além da insuficiência quantitativa de professores, o inquérito dos Indicadores de Prestação de Serviços (IPS) de 2016 revelou problemas de baixo conhecimento de conteúdos, elevado absentismo e baixa motivação entre os professores. Em visitas não anunciadas, em 2016, estimou-se em cerca de 30% o número de professores que estavam ausentes quase e 37% dos que estavam na escola, não estavam na sala de aula. Valores mais elevados foram observados nas zonas rurais do que nas zonas urbanas. Ademais, ao testar os conhecimentos de conteúdo dos professores em matemática e línguas e as suas práticas pedagógicas, estes obtiveram, em média, uma pontuação inferior a 20 por cento. A pontuação global no teste de pedagogia não foi além de 3 por cento, reflectindo a baixa preparação dos professores angolanos para transmitir conhecimentos aos alunos.

Em relação ao período actual (2015–2030 PNDE-Educar Angola), importa destacar que, em 2016, o Assembleia Nacional adoptou a Lei 32/20 de 12 de Agosto, que altera a Lei nº17/16, de 7 de Outubro - Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino angolano, que determinou o ensino gratuito e obrigatório até ao I Ciclo do Ensino Secundário. Contudo, esta vontade política foi contrariada pela redução efectiva das matrículas escolares. Com efeito, entre 2017 e

2021, registou-se uma diminuição em 36% das matrículas no ensino primário e as respectivas taxas brutas de escolarização caíram de 102,1% para 86%, entre 2016 e 2019, o que revelou que um grande número de crianças não estava a frequentar a escola.¹⁰ Estimou-se ainda que, em 2018/19, havia 5,2 milhões de crianças com idades compreendidas entre os 5 e os 11 anos que não estavam a frequentar a escola, o correspondente a 30% das crianças deste do grupo etário.¹¹ Ademais, em 2019, as taxas líquidas de escolarização foram de 71,1% e as mesmas foram mais baixas nas zonas rurais. Enquanto, a taxa líquida de escolarização nas escolas primárias urbanas foi de 80,8% e nas zonas rurais foi de apenas 57,3%. Foram também registadas disparidades entre as províncias: a taxa líquida de matrícula mais baixa foi observada na província do Cunene (47,3%) e a mais alta na província do Zaire (88,1%).

O Sistema de Educação e Ensino angolano enfrenta vários desafios: a entrada tardia das crianças na escola, as elevadas taxas de reprovação que resultam numa mistura de alunos novos e repetentes, com os desafios económicos e pedagógicos que isso acarreta, e a baixa transição para o ensino secundário, sobretudo nas zonas rurais. Além disso, a falta de livros e materiais didácticos suficientes também tem impacto na aprendizagem dos alunos. Os resultados do EGRA revelaram que apenas 34% das escolas inquiridas receberam o número esperado de manuais escolares.

Apesar das contrariedades acima apontadas, o Executivo angolano continua comprometido com o desenvolvimento do seu sistema educativo. Com efeito, o Governo de Angola aprovou o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2023–2027 centrado no capital humano, infraestruturas e diversificação económica.

¹⁰ MED e UNICEF, Professores para Todos: Melhorar a alocação de professores em Angola, 2024 (pag. 12).

¹¹ MED, United Nations, UNESCO e UNICEF, Relatório da Consulta Nacional: Cimeira sobre a Transformação da Educação (pag. 12).

Para melhor materialização do PDN, o Executivo Angolano, através do MED está a implementar o PDS 2023–2027, cujas principais linhas de orientação estratégica e prioridades, consistentes com os “**Objectivos de Desenvolvimento Sustentável 2030**” (ODS 2030) se referem às seguintes acções e medidas de políticas:

- | | |
|---|---|
| A a equidade no acesso ao ensino; | H o ambiente escolar saudável e seguro; |
| B a inclusão e o aproveitamento escolar; | I a qualidade técnica e pedagógica do professor e formação permanente; |
| C a qualidade na aprendizagem do aluno; | J os materiais didáticos, pedagógicos e equipamentos escolares; |
| D as questões do género; | K a ligação dos professores e dos alunos à escola; |
| E as Crianças, jovens e adultos com Necessidades Educativas Especiais; | L a iniciação ao Empreendedorismo; a |
| F a erradicação do analfabetismo e da iliteracia; | M participação das comunidades e das famílias na vida escolar; |
| G a aprendizagem das línguas de Angola; | N a necessidade de transporte escolar. |

Sobre os efeitos da COVID-19 e das mudanças climáticas

De acordo com o PDN 2023–2027, em 2020 o PIB de Angola sofreu uma redução de cerca de 60% o que representou um impacto económico e social muito forte para o país. O Relatório Preliminar: Avaliação Rápida da Reabertura Escolar Segura e Inclusiva, no Contexto da Covid-19 (Governo de Angola e UNICEF, Julho de 2022), o sistema educativo foi severamente afectado, tanto ao nível do acesso, assim como ao nível dos resultados das aprendizagens, segurança física, psicológica e nutricional das próprias crianças. Estima-se que o encerramento das escolas durante a pandemia tenha afectado cerca 8,7 milhões de estudantes.¹²

Dentre as várias estratégias gizadas pelo executivo angolano, destaca-se o ensino à distância que tinha como objectivo assegurar a continuidade do ensino durante a pandemia.

No entanto, as instituições de ensino não dispunham de infraestruturas digitais suficientes para assegurar a eficácia do ensino à distância, sobretudo ao nível das escolas primárias nas zonas rurais.

Para além disso, de acordo com as consultas realizadas, os professores também não se sentiam preparados para o modelo digital de ensino, não tendo formação adequada para tal. Para além da falta de proficiência nas TIC, um grande número de estudantes, encarregados de educação e professores, não dispunham de acesso à Internet nem aos dispositivos necessários para participar nesta modalidade de aprendizagem.

Um dos principais impactos foi o facto de que muitas das crianças, adolescentes e jovens, que estavam matriculados antes da pandemia, não terem regressado à escola. Estima-se em 15% a desistência escolar (por não regresso a escola),

¹² MED, United Nations, UNESCO e UNICEF, Relatório da Consulta Nacional: Cimeira sobre a Transformação da Educação (pag. 25).

onde as meninas representam a maioria, com exceção da capital do país, Luanda.¹³

Quanto às mudanças climáticas importa destacar que, nos últimos anos tem havido um nível de precipitação anormalmente baixo na parte do sul de Angola o que causa uma seca severa. Esta situação é mais agravada pelos baixos níveis de resiliência e preparação da maioria das comunidades afectadas.

Sobre a eficácia do sistema educativo

Em geral, entende-se que, para um sistema educativo ser eficaz, deve ser capaz de alcançar seus objectivos, metas e produzir as aprendizagens desejadas nos alunos: alunos com conhecimentos e habilidades

para enfrentarem, com sucesso, os desafios do futuro (continuar a estudar, ter acesso ao emprego ou criar seu próprio emprego e inserir-se, de forma útil, na sociedade, etc).

Ora, os investimentos feitos no sistema educativo angolano, ao longo de décadas, expressos em salas de aulas construídas, alunos matriculados e professores recrutados, entre outros, não parecem obter a devida compensação (resultados/produtos obtidos), em termos de eficácia do mesmo. São multifacetadas as manifestações de ineficácia do sistema educativo angolano. Dentre vários indicadores que podem ser considerados destacam-se os seguintes: as taxas de aprovação, de reprovação e de abandono, assim como a taxa de conclusão.

Tabela 1: Taxas de aprovação, reprovação, abandono e de conclusão, por níveis de ensino e género em 2019 e 2021

Níveis de ensino/ Taxas	2019			Índice de Paridade	2021 Total – MF (%)
	Total – MF (%)	Masculino (M) (%)	Feminino (F) (%)		
Ensino Primário					
Taxa de Aprovação	74,5	74,1	74,8	1,01	75
Taxa de Reprovação	14,1	14,4	13,9	0,97	13
Taxa de Desistência	11,4	11,5	11,3	0,98	12
Taxa de Conclusão	60,7	62,2	59,1	0,95	61
Ensino Secundário – 1º Ciclo					
Taxa de Aprovação	68,0	67,7	68,4	1,01	70
Taxa de Reprovação	21,6	21,8	21,3	0,97	20
Taxa de Desistência	10,4	10,5	10,3	0,98	10
Taxa de Conclusão	23,1	24,0	22,3	0,93	44
Ensino Secundário – 2º Ciclo					
Taxa de Aprovação	67,8	67,7	67,8	1,0	69
Taxa de Reprovação	18,5	18,6	18,3	0,98	19
Taxa de Desistência	13,7	14,0	13,9	0,99	12
Taxa de Conclusão	34,0	38,7	29,6	0,77	15

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO 2019 E 2021/2022, GEPE-MED.

¹³ MED, United Nations, UNESCO e UNICEF, Relatório da Consulta Nacional: Cimeira sobre a Transformação da Educação (pag. 25).

A partir dos dados apresentados na tabela acima, pode-se inferir o seguinte:

No Ensino Primário, cerca de 75% dos alunos são aprovados, havendo uma perda em 25% correspondentes às reprovações e abandonos. As meninas tendem a ter uma ligeira vantagem em relação aos meninos (ligeiramente, maior percentagem de aprovações e menor de reprovações e de abandonos.

No Ensino Secundário (1º e 2º ciclos) as taxas de aprovação rondam os 68% e são mais baixas em relação ao Ensino Primário.

Quanto ao Índice de paridade, pode-se concluir que há paridade (1,0) e com uma ligeira vantagem das meninas nas aprovações. Embora as diferenças sejam pequenas, as taxas de reprovação e de abandono são mais favoráveis para as meninas. Neste sentido, pode-se concluir que as meninas quando têm a oportunidade de frequentar a escola conseguem ter um bom desempenho e, eventualmente, até superar os rapazes.

As taxas observadas na tabela anterior, em relação às aprovações, são questionáveis, uma vez que, na realidade, se constata uma verdadeira crise nas aprendizagens, como já foi comprovado nos testes realizados ao nível do EGRA III e da Avaliação Nacional das Aprendizagens 2022/23.

Avaliação Nacional das Aprendizagens 2022/23

De acordo com o relatório publicado em Maio de 2024, Avaliação Nacional das Aprendizagens (ANA) tem como objectivo principal “Aferir o nível de consolidação das habilidades básicas de leitura e interpretação de textos (Língua Portuguesa -LP), bem como o raciocínio lógico na realização de cálculos (Matemática - Mat)”. A referida ANA abrangeu a 4ª e 6ª classes, nas disciplinas de Língua Portuguesa (habilidade na interpretação de textos) e Matemática (habilidade na resolução de problemas)

Através da ANA pode-se identificar como está a progredir a aprendizagem das meninas e dos meninos; definir as metas de aprendizagem; e monitorizar as melhorias introduzidas no processo de ensino e aprendizagem.

Resultados da ANA

Em relação à 4ª Classe:

Na disciplina de LP, a habilidade na interpretação de textos, em média, situou-se à volta de 30% o que é um resultado similar ao que foi apurado na Egra III, 2019-2021, embora os dois resultados

não sejam comparáveis. Contudo, fica a percepção de que ainda prevalecem problemas muito sérios na crise de aprendizagens.

Os resultados apurados na disciplina de Mat são similares aos obtidos na disciplina de LP.

Em relação à 6ª Classe:

Na disciplina de LP, os resultados situaram-se à volta de 40% e são melhores quando comparados com os da 4ª classe.

Na disciplina de Mat os resultados situam-se um pouco acima dos 40% para alguns tópicos (identificar e classificar polígonos em relação ao número de lados e tipos de ângulos; identificar e localizar dados expressos em tabelas e gráficos - barras, pictogramas e setores); mas são muito baixos (cerca de 11%) noutros domínios (escala, percentagem, moda, média aritmética e mediana).

Do que foi apresentado acima sobre a ANA, importa referir que é imperioso que estes testes sejam realizados com regularidade pois permitem-nos ter uma percepção real da dimensão da crise nas aprendizagens.

3

ANÁLISE DE FACTORES FACILITADORES DA TRANSFORMAÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO ANGOLANO



3.1. Introdução

Em 2023, o Grupo local da Educação em Angola levou a cabo a “Análise dos Factores Facilitadores”, tendo em vista identificar os actuais bloqueios existentes no sistema educativo Angolano, é um exercício conduzido pelo LEG (Grupo Local da Educação) que a antecedeu a elaboração deste Pacto de Parceria que identifica uma reforma prioritária que contribuirá para a transformação do sistema.

A teacher in a striped shirt is pointing at a grid on a blackboard. A young girl with pink braids is looking at the grid. The grid is a 10x10 table with numbers from 1 to 100.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
91	92	93	94	95	96	97	98	99	100



Há quatro factores que foram determinados pela GPE com potencial para proporcionem as condições prévias necessárias para a transformação do sistema:



Para a “Análise dos Factores Facilitadores” o LEG criou um Grupo de Trabalho (GT) que avaliou cada área no contexto do sector educativo Angolano como tendo uma prioridade baixa, média ou alta para acção. Uma designação de prioridade alta indica que os desafios identificados podem ser problemas significativos para os objectivos de transformação e, por isso, há que identificar acções para sua mitigação.

3.2. Dados e evidências

Neste domínio, o relatório do LEG produziu as seguintes conclusões:

A publicação do relatório estatístico anual tem sido irregular, mas em 2023, o Ministério da Educação publicou Anuário Estatístico da Educação referente ao ano lectivo 2019; e em Fevereiro de 2024 publicou Anuário Estatístico da Educação referente ao ano lectivo 2021/2022;

Não foram realizadas avaliações da aprendizagem em grande escala, representativas do país, nas etapas críticas do processo de aprendizagem porque não estavam programadas. Nesse mesmo período o MED estava a elaborar o Plano Quinquenal de Avaliação, através do Instituto Nacional de Avaliação e de Desenvolvimento da Educação (INADE), onde estão programadas todas as avaliações que serão realizadas de 5 em 5 anos.

Contudo, foram produzidos os relatórios sobre EGRA III (em 2021, com o objectivo de avaliar o desempenho dos alunos na leitura no fim da 3ª classe) e SDI (sobre a avaliação do desempenho

dos professores nos módulos de literacia, numeracia e pedagogia) por amostragem.

Sobre Dados e evidências, o ITAP concluiu que existia um Sistema de Informação para Gestão da Educação (SIGE) que funciona e com uma cobertura abrangente, embora enfrente problemas de actualização, da qualidade da análise e de comunicação dos dados. Por isso, o ITAP considerou que, embora com atraso, ainda era possível alcançar um ou mais dos resultados da política com algumas acções. e, com base nos critérios da GPE, o ITAP não aceitou a avaliação do Grupo Local de Educação em relação a este factor facilitador e classificou-o como tendo prioridade MÉDIA.

3.3. Planificação, política e monitoria sensíveis às questões de género

Neste domínio, o relatório do LEG produziu as seguintes conclusões:

O Estado angolano garante e promove as condições necessárias para tornar gratuita e obrigatória a frequência das classes da

iniciação até ao I ciclo do Ensino Secundário. O sistema educativo angolano subdivide-se pelos seguintes subsistemas de ensino: Ensino Primário (1ª a 6ª classe) – 6 anos; I ciclo do ensino secundário (7ª a 9ª classe) – 3 anos;

Quanto à oferta de, pelo menos, um ano de educação pré-escolar gratuita, obrigatória e de qualidade para todas as crianças, constitui ainda um desafio que tem sido enfrentado com projectos tais como “Todos Unidos pela Primeira Infância” (TUPPI) que capacita os membros da comunidade a fim de permitir a sua participação nos cuidados das crianças;

O Sector actualmente dispõe do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN2023 – 2027) e o Plano de Desenvolvimento Sectorial (PDS 2023 – 2027) que aguardam aprovação;

Em relação ao enfoque de género, as políticas e estratégias de intervenções do Sector estão direccionadas a todos os alunos e alunas sem discriminação do sexo, raça e deficiência. Todos são iguais perante a Lei e têm os mesmos direitos. Ainda, existe necessidade de se analisar com ênfase as desigualdades de género, em termos de acesso e qualidade de ensino;

Com a aprovação do PDN 2023 – 2027 e o PDS 2023 - 2027, o Sector terá um plano de políticas que engloba a componente do género.

Na sua avaliação, o ITAP foi da opinião de que na ausência de planos operacionais actuais, que mostrem as dotações orçamentais, fontes de financiamento e planos complementares de monitorização e avaliação, não é possível avaliar a situação actual da educação e os planos imediatos do Governo de Angola para aumentar e melhorar a oferta educativa. Por estas razões, o ITAP discordou com a opinião do LEG e classificou este factor facilitador como uma prioridade MÉDIA, uma vez que a falha na resolução destas lacunas de planeamento pode resultar em atrasos na consecução do objectivo prioritário da política.

3.4. Financiamento, coordenação e comunicação

3.4.1. Diálogo sectorial inclusivo e ação coordenada

Neste domínio, o relatório do LEG produziu as seguintes conclusões:

O MED coordena a execução das actividades do Sector em colaboração com as partes interessadas nomeadamente, Igrejas, Forças Armadas, Fundação Eduardo dos Santos (FESA), MASFAMU, MININT, MAPTESS, MINPLAN, MESCTI, Banca, Associação dos Professores Angolanos, Associação Nacional do Ensino Particular, Comissão de Pais e Encarregados de Educação, Fundação Ulwazi, Centro de Estudos para a Boa Governação, Fundação Lwini, Fundação Sagrada Esperança, União dos Escritores Angolanos, Sonangol, Fundação Brilhante (Endiama), Fundo de Apoio Social e ADPP.

Na sua auto-análise dos factores facilitadores, destacou-se que o objectivo do LEG era promover o diálogo intersectorial sobre políticas e planos de educação, bem como partilhar conhecimentos com parceiros externos. O governo reconheceu a necessidade de investir e desenvolver as operações do grupo e comprometeu-se a fazer uma revisão das suas funções. Contudo, o ITAP não conseguiu obter os termos de referência do grupo.



O ITAP não encontrou provas da capacidade dos ministérios para coordenar revisões sectoriais conjuntas ou produzir análises do sector da educação. Considerando estes desafios significativos e a capacidade limitada do mecanismo de coordenação do recém-formado LEG, o ITAP concordou com a avaliação do grupo deste factor facilitador como uma prioridade ALTA, uma vez que a falta de progresso nesta área tornará a realização do objectivo político prioritário altamente improvável ou impossível.

3.4.2. Financiamento coordenado

O país pretende realizar uma Revisão das Despesas Públicas seguindo a metodologia do Banco Mundial e, para o efeito, esta instituição irá submeter uma solicitação do financiamento no GPE, no âmbito da subvenção de apoio ao reforço das capacidades do sistema. Ainda no âmbito desta subvenção, pretende-se elaborar um Quadro de Despesas a Médio Prazo (MTEF).

O ITAP concorda com a avaliação do LEG deste factor como uma prioridade MÉDIA, uma vez que a falha na abordagem destas questões pode atrasar a realização do objectivo político prioritário.

3.5. Volume, Equidade e Eficiência do Financiamento Interno

A UNICEF,¹⁴ em conjunto com o GEPE, realizou uma Análise Resumida do Orçamento Geral do Estado alocado ao sector da educação em 2024. Este relatório destaca a análise da percentagem das despesas da educação em relação às despesas totais do OGE, a percentagem do PIB consagrada ao sector da educação, a distribuição das despesas de educação pelos diferentes níveis de ensino e as assimetrias regionais quando se comparam as despesas unitária (despesa por aluno) entre províncias. A síntese desta análise pode ser encontrada nas tabelas que se seguem abaixo e que abordam o peso da dotação do OGE na educação em relação ao OGE total; a comparação entre o esforço orçamental realizado em Angola comparado com o de alguns países; a distribuição da dotação por níveis de ensino e a questão da equidade regional na dotação orçamental para a educação.

- i. A dotação do Orçamento Geral do Estado (OGE) para a Educação em 2024 representou **6,4 por cento** contra 7,7 por cento registado no OGE 2023. Nesta análise, foi destacado ainda que Angola está longe de alcançar as metas estabelecidas na Declaração de Incheon de 2015 que recomendou, pelo menos **15 por cento** do total do OGE seja alocado à Educação ou, no mínimo, quatro por cento do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2024, a dotação destinada à Educação foi de cerca de dois por cento do PIB. Portanto, é urgente e essencial rever essa dotação orçamental do sector, uma vez que a Educação é fundamental para o crescimento do país.



¹⁴ UNICEF - Análise sobre o Orçamento Geral do Estado 2024 - Educação no OGE.

- ii. A análise da evolução do PIB e da percentagem do OGE alocado à educação, de 2020 a 2024, destacou o seguinte:

Tabela nº 2: Evolução do PIB e OGE alocado à educação (em %)

Descrição	2020	2021	2022	2023	2024
Percentagem do PIB	2,1	2,4	2,3	2,6	2,1
Percentagem do OGE	6,5	6,9	6,6	7,7	6,4

FONTE: TABELA CRIADA PELO CONSULTOR A PARTIR DOS GRÁFICOS 1 E 3 DA ANÁLISE DA UNICEF

A tabela acima apresentada demonstra que as alocações feitas ao sector da educação têm sido muito baixas e estão aquém das orientações internacionais de, pelo menos, 15% do total do OGE ou 4% do PIB.

- iii. A comparação das dotações orçamentais à educação entre alguns países revelou o seguinte:

Tabela nº 3: Comparação das dotações orçamentais entre alguns países (em %)

País/Ano	2023	2024
Angola	7,7	6,4
África do Sul	14,4	22,6
Cabo Verde	11,5	10,7
Ghana	11,2	10,4
Moçambique	16,4	14,0

FONTE: TABELA CRIADA PELO CONSULTOR A PARTIR DOS GRÁFICOS 1 E 3 DA ANÁLISE DA UNICEF

A comparação feita na tabela acima demonstra que Angola é o país que menos investe na educação dos seus cidadãos, em comparação com os países seleccionados.

- iv. Quanto à evolução da distribuição da alocação pelos níveis de ensino observou-se o seguinte

Tabela nº 4: Evolução da distribuição da dotação orçamental pelos níveis de ensino (em %)

Níveis/Ano	2020	2021	2022	2023	2024
Ensino Pré-Escolar	0,1	0,1	0,2	1,0	32,0
Ensino Primário	36,6	38,4	38,1	33,2	
Ensino Secundário	43,7	45,5	39,8	39,4	40
Ensino Superior	8,3	10,1	17,1	18,9	20,0
Outros	11,3	6,4	4,8	7,5	8,0
total	100	100	100	100	100

FONTE: TABELA Nº6 DA ANÁLISE DA UNICEF (PG 16)

- De acordo com a tabela acima apresentada, a maior parte da alocação do OGE foi dedicada ao ensino secundário, em detrimento do Ensino pré-escolar e do Ensino Primário o que contrasta com o facto de que a maior parte de escolas e de alunos está no ensino primário.
 - As alocações feitas no ensino pré-escolar são muito baixas e não parecem reflectir a prioridade que esa área de ensino deveria merecer.
- v. No que diz respeito à equidade na alocação do OGE destinado à educação, por províncias constatou-se o seguinte:
- As alocações orçamentais por províncias revelaram grandes discrepâncias o que levanta sérios problemas de inequidade na distribuição de recursos. Com efeito, a título de exemplo, as províncias com maiores alocações per capita incluem as províncias de Cunene e Moxico, com Kz. 4 869 e Kz. 4 337, respectivamente. Em contraste, Luanda e Huambo têm as menores dotações per capita, com apenas Kz. 583 e Kz. 355, respectivamente. Esses números destacam desafios importantes na equidade de acesso e investimento em Educação entre as províncias, com regiões mais populosas muitas vezes recebendo alocações per capita mais baixas.
 - É necessário um compromisso político para aumentar a alocação de recursos para as províncias mais pobres e para as escolas localizadas em áreas rurais, tendo em conta os desafios colocados pelo crescimento da população estudantil e o potencial de correcção de assimetrias regionais.
- vi. No concernente às recomendações, a análise da UNICEF destacou o seguinte:
- Recomendar que alocação do OGE para a educação atinja, de forma progressiva, pelo menos, 15% nos próximos anos,

conforme orientado na Declaração de Incheon, de modo a garantir maior qualidade e acesso ao Ensino.

- Disponibilizar regularmente dados quantitativos e qualitativos mais actualizados possíveis sobre os indicadores de desempenho do sector.
- Envidar esforços para reduzir a diferença entre a despesa orçamentada e a despesa executada.
- Encorajar maior investimento contínuo na Educação Pré-escolar, pois é crucial para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças.
- Corrigir o desvio da alocação do OGE a favor do ensino secundário e aumentar o peso da alocação orçamental para a expansão e melhoria da qualidade dos níveis Pré-escolar e Primário, com vista a aumentar a eficiência do investimento em todos os restantes níveis de ensino, em alinhamento com a Estratégia de Longo Prazo 2050 do Governo Angolano.
- De forma progressiva, introduzir maior equidade na distribuição dos recursos, tendo em conta a população estudantil e o potencial de correcção de assimetrias regionais.
- Estabelecer mecanismos de monitorização, para regular a utilização eficiente dos recursos educativos a todos os níveis de ensino.

Na sua avaliação, o ITAP reiterou a opinião de que Angola dedica poucos recursos financeiros à educação, ficando aquém dos valores de referência da GPE. Além disso, há um desperdício significativo de recursos devido à baixa conclusão e às altas taxas de repetência. Além disso, os recursos são atribuídos de forma desigual, com grandes disparidades de acordo com o género e entre regiões e grupos sociais.

Dados os problemas significativos de eficiência e equidade, mas também as dificuldades do

país em aumentar o financiamento para a educação, o ITAP concorda com a classificação da auto-análise do país de prioridade ALTA.

Eis o resultado da avaliação acordada entre o LEG e o ITAP:

Tabela 2: Factores Facilitadores e a sua prioridade

FACTOR FACILITADOR	PRIORIDADE
Dados e Evidências	MÉDIA
Planificação, Política e Monitoria sensíveis ao género	MÉDIA
Coordenação do Sector A: Coordenação do sector e Comunicação	ALTA
Coordenação do Sector B: Financiamento Coordenado	MÉDIA
Volume, Equidade e Eficiência dos gastos públicos nacionais no sector da educação	ALTA

3.6. Análise contextualizada dos Factores Facilitadores

No que diz à análise contextualizada, o LEG selecionou os resultados das políticas com potencial para transformar o sistema educativo angolano garantindo impacto equitativo para todos os grupos, com especial atenção à desigualdade de género. São os seguintes os resultados selecionados:



Resultado 1: Acesso –

Expandir o acesso à educação em Angola das crianças, jovens e adultos, assegurando que meninos e meninas, bem como alunos com deficiência, incluindo refugiados e pessoas deslocadas, tenham oportunidades equitativas de ingresso e permanência no sistema educativo.



Resultado 2: Aprendizagem –

Melhorar os resultados de aprendizagem das crianças angolanas em todos os níveis da educação primária e secundária, garantindo que meninas e meninos tenham oportunidades iguais de desenvolvimento de competências e sucesso académico.



Resultado 3: Igualdade de género –

Identificar e abordar de forma sistêmica e transversal as barreiras que afectamos meninos e as meninas de maneira diferente, priorizando a igualdade de género nas fases de planeamento e implementação das políticas educativas, através da remoção de normas sociais e práticas discriminatórias, do incentivo à participação equitativa em todas as áreas do ensino e da promoção de um ambiente escolar inclusivo para alunas/os no País.

3.7. Resumo de alto nível dos factores facilitadores avaliados como de alta prioridade

No seu relatório de apreciação ao relatório do LEG sobre a AFF, o ITAP concluiu que o Diálogo Inclusivo e Acção Coordenada e o

Volume, equidade e eficiência da despesa pública nacional em educação são dois factores considerados de ALTA PRIORIDADE. Esta conclusão mereceu acolhimento da parte do LEG. A tabela nº2 que abaixo se segue, apresenta os referidos factores de Alta Prioridade seus desafios e justificação.

Tabela 3: Factores Facilitadores classificados como Prioridade ALTA

Factor Facilitador	Desafios e Justificação para a Alta Prioridade
Diálogo Inclusivo e Acção Coordenada	<p>Desafio: Foram recentemente criados mecanismos de apoio ao diálogo inclusivo e à acção coordenada, mas não têm termos de referência formais para os principais grupos e parecem ser largamente dominados por agências governamentais e parceiros de desenvolvimento.</p> <p>Justificação para a alta prioridade: Será essencial formalizar as estruturas de coordenação, assegurar a inclusão das principais partes interessadas e reforçar as capacidades a todos os níveis, para conseguir atingir o objectivo político prioritário.</p>
Volume, equidade e eficiência da despesa pública nacional em educação	<p>Desafio: O sistema de educação caracteriza-se por um baixo nível de recursos financeiros consagrados à educação, uma eficácia medíocre e um elevado nível de desigualdade.</p> <p>Justificação para a prioridade elevada: Há um desperdício significativo de recursos devido às baixas taxas de conclusão e elevadas taxas de repetição. Além disso, os recursos são atribuídos de forma desigual, com grandes discrepâncias em relação ao género e entre regiões e grupos sociais. Tendo em conta os problemas significativos de eficiência e equidade, mas também as dificuldades do país em aumentar o seu financiamento para a educação, o ITAP concorda com a classificação da autoanálise do país de prioridade ALTA.</p>

3.8. Implementação de medidas que respondem aos dois factores identificados como Prioridade Alta

Ao acolher favoravelmente, as conclusões e recomendações do ITAP, sob a liderança do Executivo Angolano, através do MED, o LEG assumiu que a solução para os dois factores envolve esforços coordenados de todas as partes interessadas no sector da educação, tanto a nível governamental, em particular, dos Ministérios da Educação e das Finanças, bem como a nível de parceiros locais, sociedade civil e doadores internacionais.

Sobre o funcionamento do LEG em Angola, importa recordar os seguintes factos:

Em 2022, Angola tornou-se membro da GPE e, sob a liderança do Executivo Angolano, através do MED, foi criado o Grupo Local de Educação, como uma plataforma de coordenação para apoiar um diálogo eficaz e harmonizado entre os parceiros de desenvolvimento e o governo em torno da prioridade política do país, promovendo a inclusão de partes interessadas fundamentais, tais como a sociedade civil e os professores, no diálogo político. Actualmente, o LEG conta com 22 membros.

De acordo com o MED, o LEG é um fórum de consulta, diálogo e coordenação e fornece a estrutura do sector educativo para as partes interessadas apoiarem as prioridades nacionais do Ministério da Educação (MED) no âmbito da iniciativa GPE. Ademais, o LEG desempenha um papel de supervisão e de tomada de decisão sobre a implementação de programas do sector da educação e procura alinhar as visões, sinergias, vontades e recursos, com as prioridades educacionais.

Tendo em vista operacionalizar as medidas e recomendações do LEG, bem como trabalhar preliminarmente em correspondência com o Secretariado da GPE, este grupo criou a Task Force como um grupo de trabalho constituído por representantes de instituições do LEG. Por sua vez, o MED criou uma equipa interna de trabalho, com um coordenador que responde directamente à Ministra da Educação. Por definição, a Task Force reúne-se uma vez por mês (na segunda quinzena) e, extraordinariamente, sempre que necessário.

A fim de responder mais eficazmente à necessidade de reforço da coordenação sectorial e diálogo inclusivo, foi contratada uma consultoria para a Coordenação e Secretariado do LEG com a responsabilidade de manter uma comunicação fluída com os membros do LEG e da Task Force sobre matérias atinentes à coordenação.

Desde então, foram realizados progressos tangíveis a nível do aprofundamento do

diálogo e reforço da coordenação sectorial na educação. Foi realizado um mapeamento dos parceiros já integrantes do LEG assim como de potenciais membros e reforçou-se a inclusividade do LEG, através da adesão de 9 novos membros, passando de 13 para 22 membros no total. Entre os novos membros estão agências das Nações Unidas, ministérios governamentais e parceiros de cooperação. Há planos ainda de integrar mais 3 novos membros. O diálogo sectorial foi reforçado através da realização de reuniões regulares da TF e sua devida documentação, através de actas partilhadas com todos os membros do LEG em tempo útil. Essa eficiência reforçada na coordenação no seio do LEG viabilizou a aprovação do fundo Multiplicador da Parceria Global da Educação (GPE) através dum processo altamente participativo e inclusivo, assim como a elaboração do presente documento.

Ao longo do desenvolvimento das suas actividades, o LEG tem envidado esforços para mobilizar e incluir no seu seio mais organizações da sociedade civil, da classe sindical e do sector económico do país. Apesar de ainda não terem formalizado a sua adesão ao LEG, algumas das organizações têm participado nas actividades do LEG, com destaque nos seminários técnicos no âmbito do desenvolvimento do Pacto de Parceria. Em particular, sublinha-se o facto dos assuntos relativos ao LEG e GPE terem sido apresentados pela UNICEF e discutidos no Conselho Consultivo realizado em Bié, em Maio de 2024.



Numa carta oficial do MED para GPE, abaixo são indicadas as formas como serão implementadas as recomendações sobre os factores facilitadores de alta prioridade:

Sobre o diálogo sectorial inclusivo e acção coordenada o MED compromete-se a:



Sob a liderança da Direção de Estatística e Planeamento Educativo (GEPE), o MED irá melhorar os seus instrumentos de planeamento setorial e partilhar exercícios recentemente realizados, como o **mapeamento de escolas**, para que outros parceiros possam coordenar ações e contemplem uma análise de género.



Ainda no âmbito do GEPE, o Ministério da Educação desenvolverá um plano sectorial e operacional com avaliações anuais realizadas junto dos **parceiros educativos**, assegurando a integração da perspectiva de género em todas as fases.



Desenvolver e divulgar **políticas para monitorizar** e avaliar os planos estratégicos e operacionais a todos os níveis do setor, com indicadores que reflitam a igualdade de género.



Melhorar a elaboração do plano anual de programas e projectos do setor, assegurando que contemplem ações específicas para **eliminar desigualdades de género** na educação.



Criar um **instrumento de gestão** dos programas, projectos e metas do setor.



Melhorar o apoio aos programas de **capacitação das raparigas**, garantindo a ampliação e sustentabilidade das boas práticas já em curso.



Será organizada uma **revisão participativa** conjunta do setor (MED-parceiros educativos) com o objectivo de reunir diferentes partes interessadas para dialogar, rever dados e monitorizar as despesas, o progresso e o desempenho durante a implementação do plano nacional do setor da educação, assegurando a integração da perspectiva de género em todas as fases.

Para além das acções acima elencadas, o LEG vai consolidar o seu funcionamento através (i) da criação de grupos técnicos e temáticos de trabalho, com Termos de Referência definidos; (ii) definição de mecanismos de revisão e avaliação sectorial conjunta; e (iii) desenvolvimento de uma estratégia para envolver mais organizações da sociedade civil (incluindo, os sindicatos de professores, representantes de Associações pais e encarregados de educação, representantes

de conselhos de escolas, entre outros) na planificação, monitorização e avaliação dos planos do setor da educação.

A par das acções acima referidas, a consolidação e expansão das actividades do LEG será feita através do fortalecimento da coordenação sectorial ao nível das províncias. Numa fase inicial, projecta-se uma intervenção nas províncias mais remotas de Moxico, Moxico Leste, Cuando, Kubango, Lunda Norte e Lunda

Sul. A intervenção prevista consistirá no reforço da coordenação e comunicação com os níveis descentralizados nos domínios de planificação, monitorização e avaliação dos seus planos locais. Todos os actores da educação que desenvolvem as suas actividades nestes locais serão encorajados a aderirem ao processo de coordenação e diálogo inclusivo.

As actividades acima elencadas irão contribuir para a transformação do paradigma sobre a planificação, monitorização e avaliação das actividades da educação. Para a materialização destas actividades, espera-se poder contar com financiamento da GPE, no âmbito da subvenção para o reforço de capacidades do sistema (SCG).

Sobre o aumento do volume, equidade e eficiência de recursos o MED compromete-se a:

- Liderar os esforços para melhorar o volume, equidade e eficiência de recursos na educação, em estreita colaboração com o Ministério das Finanças para alocar recursos financeiros adequados e garantir a sua utilização eficiente, garantindo uma perspectiva de género.
- Ambos ministérios (MED e MINFIN) desenvolverão um plano de ação conjunto delineando estratégias e cronogramas para aprimorar o volume, equidade e eficiência dos recursos, garantindo que a igualdade de género seja um critério fundamental na definição de prioridades e investimentos.
- Um Quadro de Despesas de Médio Prazo será preparado para os próximos 4 anos para detalhar as alocações orçamentais e prioridades de gastos para melhorar o sector educacional. Isso envolverá prever os recursos financeiros necessários para vários programas prioritários, como desenvolvimento de infraestrutura que atenda às necessidades de meninas e

meninos, incluindo instalações sanitárias adequadas; programas de capacitação de professores/as (apoiados pela GPE), incluindo igualdade de género; aprimoramento de currículos e integração de tecnologia educacional, garantindo materiais didáticos inclusivos. Este quadro visa garantir o uso eficiente dos fundos, promover a transparência e facilitar o planeamento de longo prazo para o desenvolvimento sustentável da educação.

Para além das acções acima elencadas, em carta oficial à GPE, o MED reconheceu que o nível actual de investimento na educação é inadequado para satisfazer as necessidades da população angolana em rápido crescimento.

A maior parte de actividades acima enumeradas será materializada através subvenção para o reforço de capacidades do sistema (SCG). Em particular, será realizado um estudo visando melhorar a equidade e eficiência de recursos na educação. Este estudo será liderado pelo Executivo Angolano, através dos Ministérios da Educação e das Finanças, com apoio técnico do Banco Mundial que será o Agente de execução desta subvenção. Em particular, o estudo vai permitir definir o Quadro de Despesas de Médio Prazo (MTEF), rever a despesa pública no sector (PER) e elaborar um plano de ação conjunto MED e MINFIN delineando estratégias e cronogramas para aprimorar o volume, equidade e eficiência dos recursos, tendo em vista alocar recursos financeiros adequados e garantir a sua utilização eficiente. Ademais, o estudo a ser realizado vai contribuir para “abordar o desenvolvimento de uma fórmula de financiamento de alocação de recursos e de alocação de professores que incorpore considerações de equidade e aborde a interação de género e localização”, como recomendado pela GPE. Mais detalhes sobre este pedido de subvenção são fornecidos no Capítulo 5.



TEORIA DE MUDANÇA

Há um consenso de que, actualmente, vive-se uma crise global de aprendizagem em todos os níveis do sistema educativo angolano e esta situação tem que mudar. O relatório de avaliação de leitura nas classes iniciais de Angola (EGRA III) em 2022 concluiu que, no fim da 3ª classe, os níveis de aprendizagens dos alunos eram muito baixos, e eram ainda mais baixos em relação às raparigas. O relatório em referência, registou variações significativas entre as zonas rurais e urbanas, assim como entre as crianças que têm a Língua Portuguesa como língua materna e aquelas que têm uma outra língua nacional (por exemplo, o quimbundo) como língua materna.



A insatisfação com os níveis de aprendizagem não se limita apenas às classes iniciais do Ensino Primário (EP), prolonga-se até ao Ensino Superior, passando também pelo Ensino Secundário (ES). Portanto, muitos alunos que estão na sala de aula, não aprendem o essencial para aprimorarem as competências em numeracia e literacia.

Ao analisar esta situação destes baixos resultados de aprendizagem em todos os níveis de ensino, o Ministério da Educação (MED) e seus parceiros concluíram que, dentre vários factores, a capacitação dos professores/as do Ensino Primário, em particular, os que leccionam nas classes iniciais constituía o maior desafio, para a transformação do sistema educativo angolano. Portanto, a questão dos professores/as nas primeiras classes (Iniciação e 1º Ciclo do EP) constitui a maior preocupação. Os alunos/as não aprendem e, em grande parte, isso se deve às lacunas que os professores apresentam. Os programas de ensino não são materializados. Os próprios professores são produtos de lacunas que se foram acumulando ao longo do tempo.

Com base nos resultados da avaliação das aprendizagens dos alunos e a apreciação feita pelo MED e seus parceiros, o Grupo Local da Educação (LEG, da sigla em Inglês) identificou a **“CAPACITAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES”**, como uma área de intervenção (reforma) prioritária com potencial de catapultar uma mudança total do sistema. A escolha deste tema é consistente com o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2023-2027 que preconiza o “Reforço contínuo das competências dos professores, para a melhoria do ambiente da sala de aula”. Portanto, os documentos de política educativa nacional e os respectivos planos já identificaram esta necessidade de intervenção prioritária e o Pacto de Parceria vai contribuir no sentido de encontrar soluções para enfrentar este desafio. O sucesso desta reforma depende de novas abordagens e práticas transformadoras. A identificação da área de intervenção prioritária, não vai resolver os problemas em si, se se continuar a “fazer o trabalho como era feito antes”. Isto quer dizer

que deve haver uma outra maneira de fazer que possa permitir o alcance da transformação desejada. O LEG entende que a intervenção a ser feita deve começar na sala de aulas acompanhando o trabalho de cada professor, identificando as suas lacunas “in loco” e aplicando as medidas correctivas adequadas. Ao intervir na capacitação e valorização dos professores, não se pode ignorar que é preciso prestar atenção aos formadores, ao perfil dos formadores. Quem são os formadores? Eventualmente, os professores apresentam as lacunas que têm devido à maneira como foram formados pelos seus formadores. Portanto, é fundamental garantir que os/as formadores/as possuam competências e estejam preparados/as para promover uma educação inclusiva e sensível ao género, combatendo desigualdades e estereótipos dentro do ambiente escolar.

O LEG reconhece igualmente que as razões que estão por detrás do insucesso nas aprendizagens dos alunos não se limitam apenas à incapacidade dos professores, mas intervêm outros factores que devem ser tomados em consideração, tais como a gestão e supervisão de escolas, o ambiente escolar e as questões de género. Portanto, o Pacto de Parceria não pode ignorar estas áreas que são complementares ao desejado melhor desempenho dos professores. Estes aspectos são retomados e abordados no sub-capítulo sobre as áreas da intervenção prioritária.

4.1. Impacto

A intervenção na “Capacitação e Valorização dos Professores” não tem um fim em si. Com esta intervenção o que se alcançar é a alteração da situação vivida actualmente no domínio dos baixos resultados de aprendizagem do sistema educativo angolano. Dito doutro modo, com esta intervenção, pretende-se melhorar as aprendizagens dos alunos/as do sistema educativo angolano, em todos os níveis. Por isso, o impacto esperado desta intervenção prioritária é a **“A Melhoria das aprendizagens das meninas e meninos de Angola”**. O impacto esperado é a melhoria das aprendizagens

dos alunos em todos os níveis do sistema educativo angolano. Contudo, neste Pacto de Parceria o foco será colocado na iniciação e no primeiro ciclo do EP (1^a-2^a classes). Com efeito, os problemas de aprendizagem são alarmantes nas primeiras classes. O estudo da EGRA realizado entre 2019 e 2022 revelou que, ao fim da terceira, apenas 30% dos sabiam ler e as meninas se encontravam numa posição desfavorável em relação aos meninos.

Contudo, mais testes de avaliação devem ser feitos, de forma mais abrangente (entre meninas e meninos, zonas urbanas e rurais, entre os que falam português como língua materna e os que falam outras línguas e as zonas mais recônditas de Angola) e com maior regularidade.

O MED e seus parceiros têm levado a cabo várias iniciativas promissoras para a mudança e devem ser tomadas em consideração no âmbito deste Pacto de Parcerias. A realização regular da ANA vai permitir ao MED e seus parceiros acompanhar a evolução do desempenho das meninas e meninos nas suas aprendizagens e o reforço da supervisão através da plataforma

Se os alunos passarem pela Iniciação, antes de ingressarem na 1^a classe, há maior probabilidade de obterem melhores resultados de aprendizagem no EP. Se o sistema educativo angolano tiver graduados do EP com melhores resultados de aprendizagem a ingressarem no ensino secundário, certamente, é de esperar que estes saiam melhor preparados para ingressarem no ensino superior ou noutras fileiras de educação e formação.

O impacto esperado em termos da **“A Melhoria das aprendizagens das meninas e meninos de Angola”** está em alinhamento com o Plano de Melhoria das Aprendizagens, elaborado pelo MED como forma de materializar as recomendações emanadas da Conferência da ADEA (Associação para o Desenvolvimento da Educação em África) realizada na República da Zâmbia e na qual foi reiterado que a COVID impactou negativamente as aprendizagens em vários países do mundo, incluindo os de África. Por isso, todos os países participantes foram

encorajados a trabalhar para a Recuperação das Aprendizagens que constitui actualmente uma preocupação global.

4.2. As áreas da reforma prioritária

Como foi referido acima, a “Capacitação e Valorização dos Professores” não tem um fim em si. A intervenção neste domínio é um meio através do qual se pretende alcançar “A Melhoria das aprendizagens das meninas e meninos de Angola”, o que constitui o objectivo último a atingir no fim da implementação deste Pacto de Parceria. Adoptando uma visão holística do sistema educativo angolano, o MED e seus parceiros têm plena convicção de que a intervenção no domínio da capacitação e valorização dos professores deve ser complementada por outros factores que também constituem as áreas de reforma prioritária tais como a gestão e supervisão de escolas, o ambiente escolar de aprendizagem e os aspectos de género, nomeadamente desigualdades no acesso e permanência das crianças na escola, especialmente de meninas, currículo revisto numa perspectiva de género, representatividade e igualdade no corpo docente, e infraestruturas escolares adequadas, em particular para meninas.. A seguir apresenta-se uma pequena descrição destas áreas prioritárias deste Pacto de Parceria de Angola.

Professores

A área prioritária concernente aos professores já foi identificada com a preocupação centrada na capacitação e valorização dos professores. Tal como sublinham os documentos de política educativa e os respectivos planos, importa dar prioridade ao desenvolvimento profissional dos professores e aumentar as oportunidades para a sua formação contínua. Portanto, é necessário assegurar que as professoras e os professores existentes tenham acesso a programas de formação contínua e adquiram as qualificações pedagógicas necessárias e sejam capacitados/as na área da igualdade



de género, de modo a promover práticas educativas inclusivas e sensíveis ao género dentro e fora da sala de aula. Em particular, é necessário aumentar a percentagem de professoras em todos os níveis de ensino, incluindo o seu encorajamento e apoio para integrar os quadros de direcção de escolas e de outras estruturas de gestão da Educação em Angola, assim como melhorar a equidade na sua distribuição, a nível do território nacional. Mas há outros aspectos a ter em consideração e um deles diz respeito à motivação e à atracção da profissão. Há um conjunto de incentivos financeiros e não financeiros que devem ser clara e frequentemente comunicadas aos professores, de modo a elevar a sua motivação e interesse pela profissão docente. Importa também conceber e implementar um quadro regulamentar de processos de gestão de professores, definindo o tipo de decisões que devem ser tomadas nos níveis central, provincial, municipal e da escola e delegando a tomada de decisões de gestão operacional de professores ao nível da escola, sempre que possível. Por fim, há que avançar com o processo de implementação do Decreto Presidencial

205/18 de 03 de Setembro Programa Nacional de Formação e Gestão de Pessoal Docente (PNFGPD), através da sua avaliação, registo e certificação o que culminará com a atribuição de uma carteira profissional mediante o seu desempenho profissional.

Gestão e supervisão de escolas

Os maus resultados de aprendizagem no sistema educativo angolano não se devem apenas às lacunas dos professores no exercício da docência, mas também são sinal claro de que algo não vai bem no funcionamento das escolas, em termos de governança da escola (gestão e supervisão). A vida de uma escola é bastante complexa e impõe grandes desafios aos seus gestores, em particular os directores de escolas. Há uma componente muito importante de habilidades para a gestão de recursos humanos (pessoal docente e não docente, sobretudo acompanhamento, avaliações, sanções e estímulos), gestão de alunos e respectivos pais e encarregados de educação, gestão das relações com a comunidade que circunvizinha a escola, gestão pedagógica, gestão patrimonial,

gestão financeira (fazer pagamento a tempo) e gestão de documentação ou escrituração escolar (registo de matrículas e emissão de documentos). A partir do que foi dito acima, pressupõe-se que, para uma escola funcionar bem, a sua equipa de gestores deve possuir competências de gestão nos domínios acima referidos. É igualmente importante que a gestão escolar incorpore uma perspectiva de género, a fim de garantir a igualdade de oportunidades para todos os alunos, independentemente do seu género. Isso inclui a promoção dum ambiente inclusivo e seguro, livre de violência sexual e de género, assim como a promoção da liderança feminina. Apesar da enumeração acima feita, a supervisão pedagógica está no centro da gestão da escola. Trata-se de proceder à monitorização do trabalho das professoras e dos professores: estão ou não presentes na sala de aulas? Se estão na sala de aulas, dão ou não dão aulas? Se dão aulas, essas aulas foram devidamente preparadas e existe um plano de aulas? Como é que a professora ou professor interage com os seus alunos? É cumprido o horário de contacto entre professor e seus alunos? As intervenções a serem feitas têm o seu fundamento no Decreto Presidencial 93/21 de 16 de Abril – Regime Jurídico do Exercício de Cargo de Direcção e Chefia em Instituições de Educação Pré-Escolar, Ensino Primário e Secundário (RJECDICIE).

Concentrar esforços na gestão eficaz das escolas não só eleva os padrões educacionais, mas também cria um ambiente propício para o desenvolvimento contínuo de professores e alunos.

Para além dos aspectos de gestão escolar, também importa abordar a questão da coordenação entre os níveis central e subnacional e delegar a tomada de decisões (por exemplo, a gestão de professores) ao nível local, sempre que possível. A existência de um manual com directrizes para a supervisão das escolas primárias e secundárias pode ser um instrumento muito útil para os gestores e técnicos nos níveis central, provincial, dos municípios, ZIPs e escolas. Importa reiterar

a importância do encorajamento e apoio às professoras para concorrer e ocupar cargos de direcção e chefia, assim como de supervisão a vários níveis do sector da educação em Angola.

Acesso e Ambiente de aprendizagem

A outra área prioritária identificada para este Pacto de Parceria diz respeito ao ambiente de aprendizagem que inclui infraestruturas e equipamento, incluindo a sua manutenção. O investimento na infraestrutura escolar não apenas melhora o ambiente de aprendizagem, mas também promove a equidade educacional, assegurando que cada aluno tenha acesso aos recursos necessários para o seu desenvolvimento integral. É comumente sabido que o sistema educativo angolano enfrenta um grande défice de infraestruturas escolares, agravado pelo alto crescimento demográfico. Algumas escolas angolanas funcionam em condições não adequadas e, nalguns casos, funcionam ao ar livre e sem carteiras escolares e sem quadro preto. A queda de paredes, o levantamento da cobertura em chapa de zinco, ou a entrada de água nos períodos de chuva intensa, faz com que crianças, encarregados de educação e professores não considerem a escola como um local seguro. Ademais, há a acrescentar a falta de infraestruturas condignas (casas de banho sensíveis ao género), a falta de água, energia, Internet e um ambiente seguro e protegido. O ambiente escolar também está relacionado com rácios alunos/professor (turmas sobrecarregadas com mais de 120 alunos) o que torna difícil a condução do processo de ensino e aprendizagem. A existência de práticas de violência baseada no género também põe em causa a segurança das escolas. É de salientar que a má nutrição dos alunos influencia directamente o seu processo de ensino-aprendizagem e, de acordo, com o Programa Alimentar Mundial (PAM), as refeições nas escolas (Merenda escolar) ajudam a evitar não só a insegurança alimentar das crianças, mas servem também como instrumento de transformação que assegura que meninas e meninos tenham acesso a

educação, saúde e nutrição. Deste modo, a escola oferece um ambiente seguro e protegido. Em Angola, em particular, foi considerado, pelos pais, encarregados de educação, professores e directores de escola, um forte incentivo à assiduidade e permanência dos alunos na escola. Portanto, garantir que todas as escolas tenham infraestrutura adequada e recursos educacionais essenciais não só facilita o processo de ensino-aprendizagem, mas também cria um ambiente propício ao desenvolvimento holístico dos alunos. O investimento na construção e requalificação de escolas não é

apenas uma questão de infraestrutura física; é um investimento no futuro de cada aluno, proporcionando-lhe um ambiente seguro e inspirador onde pode despoletar o seu potencial máximo. Além disso, promover a acessibilidade a tecnologias educacionais avançadas e recursos como bibliotecas bem equipadas e materiais didáticos atualizados não só enriquece a experiência educacional, mas também promove a igualdade de oportunidades para todos os estudantes, independentemente de sua localização geográfica ou circunstâncias pessoais.

Género

A quarta área prioritária considerada neste Pacto de Parceria, diz respeito ao acesso, permanência, segurança e bem-estar das raparigas na escola.

De acordo com o diagnóstico feito pela União Europeia em 2022, as principais barreiras no ingresso e permanência no ensino secundário para as raparigas são as seguintes:

- 1 Gravidez na adolescência** – as adolescentes e jovens nas escolas enfrentam altos níveis de discriminação e preconceito e, por vezes, são expulsas das escolas ou forçadas a estudar no período nocturno ficando mais expostas a situações de violência. Outras acabam por abandonar a escola, sem terem concluído os seus estudos, muitas vezes devido à falta de apoio e à estigmatização. Além disso, a potencial fuga à paternidade agrava a vulnerabilidade destas jovens, deixando-as sem suporte financeiro e emocional, o que dificulta ainda mais a sua permanência e sucesso escolar.



2 Estereótipos de género e obrigações domésticas – as raparigas são, desde muito cedo, ensinadas a assumir responsabilidades domésticas como o cuidado da casa e de irmãos mais novos e recollecção de lenha e água. Essas responsabilidades reduzem o tempo disponível para os estudos, contribuem para o cansaço físico e mental e aumentam o risco de abandono escolar. Devido à visão tradicional que atribui à rapariga um papel essencialmente de esposa, mãe e dona de casa, a rapariga também tende a ser preterida pelo irmão quando a família não tem condições de garantir a frequência da escola a todos os seus filhos.

3 Ausência de infraestruturas escolares adequadas – sobretudo, nas zonas rurais existem ainda limitações em termos de salas de aulas suficientes para o número de crianças. Para além disso as distâncias que têm de percorrer entre as suas residências e as escolas são uma maior condicionante para as raparigas pela insegurança de percorrerem sozinhas longas distâncias. Finalmente, há a destacar a ausência de casas de banho e saneamento básico adequadas para a rapariga (sobretudo nas escolas rurais) como um dos constrangimentos mais sentidos, com maior gravidade durante o período menstrual, contribuindo para o absentismo e abandono escolar. A ausência de condições dignas impacta directamente a permanência das raparigas na escola.

4 Recursos económicos parcos – devido às dificuldades financeiras, as raparigas tendem a abandonar a escola para ajudar as mães nas tarefas domésticas ou para iniciarem actividades comerciais ou agrícolas, sobretudo no mercado informal.

A eliminação gradual das barreiras acima identificadas pode ser feita a partir da concepção e execução de programas específicos que tenham como objectivo favorecer o acesso, permanência, segurança e bem-estar das raparigas na escola. Neste sentido, há assinalar a existência de um programa através do qual são fornecidos kits de apoio às raparigas, assim como um projecto de empoderamento das raparigas e quebrar alguns tabus.

Mais programas terão de ser levados a cabo para aumentar e assegurar a permanência das raparigas nos níveis pós-primário (Ensino Secundário e Superior, incluindo nas Instituições de Formação de Professores).

Promover a igualdade de género no contexto educacional não é apenas uma questão de justiça social, mas também um imperativo para o progresso educacional sustentável em Angola. Investir na equidade de género dentro das escolas não só garante que todas as crianças tenham oportunidades iguais de acesso e sucesso educacional, mas também contribui para um ambiente escolar mais inclusivo e enriquecedor. Isso envolve não apenas políticas que incentivem a participação e permanência das meninas na escola, mas também programas educacionais sensíveis ao género que promovam uma cultura escolar que valorize a diversidade e respeite os direitos de todos os alunos. Ao integrar uma perspectiva transformadora de género em todas as facetas do sistema educacional, pretende-se não apenas preparar melhor as alunas e os alunos para os desafios do futuro, mas também construir uma sociedade mais justa e equitativa onde homens e mulheres podem prosperar plenamente.

4.3. Resultados, resultados intermédios e intervenções

O impacto preconizado neste Pacto de Parceria que é a “A Melhoria das aprendizagens das meninas e meninos de Angola” será alcançado através de Resultados, Resultados intermédios e intervenções estratégicas que são apresentados abaixo na tabela nº3. Para o alcance deste impacto, o MED e seus parceiros pretendem capitalizar as experiências e lições aprendidas no âmbito dos programas, em curso ou implementados, visando a melhoria das aprendizagens fundamentais.

Tabela 4: Resultados, Resultados Intermédios e Intervenções Estratégicas - Angola

Resultados	Resultados Intermédios	Intervenção estratégica
R1. Reforçada a qualificação, responsabilização, motivação e reconhecimento dos professores	R 1.1 Fortalecidos os programas de formação inicial de professoras e professores e seus formadores	<p>IE1.1.1 Expandir o acesso à formação inicial de professores de alta qualidade, ao nível de Ensino Superior, no âmbito do projecto TEST</p> <p>IE1.1. 2. Melhorar a qualidade do ensino e dos programas de preparação de professores, ao nível de Ensino Superior, no âmbito do projecto TEST</p> <p>IE1.1.3. Reabilitar, expandir e equipar as Instituições de Formação de Professores, ao nível de Ensino Superior, no âmbito do projecto TEST</p>
	R 1.2 Reforçado o processo de formação contínua de formadoras e formadores e de professoras e professores em áreas chave	<p>IE1.2.1. Planificar e implementar a formação contínua formadores e de professores e habilitá-los com ferramentas didáticas, metodológicas, andragógicas, interdisciplinaridade, caracterização psico-pedagógica, elaboração de planos de aulas e planos educativos individualizados, incluindo módulos específicos sobre promoção da igualdade de género;</p> <p>IE1.2.2 Produzir e disponibilizar planos e programas curriculares, guias metodológicos, dicionários da língua gestual angolana e manuais do professor na perspectiva do género, incluindo conteúdos ligados à andragogia</p> <p>IE1.2.3 Equipar as escolas com meios técnicos e tecnológicos (Código braile unificado, computadores, softwares específicos, etc.) e oferecer algumas formações através da modalidade de Educação Aberta e à Distância (EaD).</p>
	R 1.3 Assegurada a gestão racional dos professores, incluindo o recrutamento, a alocação, a transferência e a retenção	<p>IE1.3.1 Implementar iniciativas destinadas a atrair e reter professores qualificados onde eles são mais necessários e resolver as desigualdades na alocação de professores, sobretudo nos municípios com maior e persistente escassez de professores e nas zonas rurais, dando maior atenção e prioridade à colocação de professoras em escolas com menor representação de mulheres no corpo docente.</p> <p>IE1.3.2 Garantir que os incentivos financeiros e não financeiros existentes sejam claramente comunicados aos professores e assegurar o seu pagamento atempado e regular;</p> <p>IE1.3.3 Conceber e implementar um quadro regulamentar de processos de gestão de professores, definindo o tipo de decisões que devem ser tomadas nos níveis central, provincial, municipal e escolas e delegando a tomada de decisões de gestão operacional de professores ao nível da escola, sempre que possível.</p>

Resultados	Resultados Intermediários	Intervenção estratégica
	R 1.4 Iniciada a implementação Programa Nacional de Formação e Gestão de Pessoal Docente (PNFGPD), e criados os Conselhos de Professores (CP)	<p>IE1.4.1 Adoptar, socializar e iniciar a implementação do PNFGPD</p> <p>IE1.4.2 Criar o Conselho de Professores (CP), garantindo que as mulheres tenham representação equitativa e que o conselho actúe na promoção de um ambiente escolar livre de discriminação.</p> <p>IE1.4.3 Avaliar, registar e certificar professores, atribuindo-lhes a carteira profissional mediante o seu desempenho profissional</p>

Resultados	Resultados Intermediários	Intervenção estratégica
R2. Melhorada a gestão e supervisão de escolas	R 2.1 Reforçado o sistema de supervisão escolar e disseminados instrumentos de gestão escolar	<p>IE2.1.1 Conceber e implementar um Manual sobre a Supervisão de Escolas, pelas ZIPs, Municípios e Províncias, que incorpore uma perspectiva de género.</p> <p>IE2.1.2 Expandir e intensificar a utilização da plataforma TEACH sobre a supervisão escolar de modo a monitorizar as práticas dos professores nas salas de aulas.</p> <p>IE2.1.3 Definir o perfil de supervisores, incluindo os supervisores de proximidade e nomeá-los na base de mérito (a partir de um concurso aberto a todos e dando particular encorajamento às supervisoras)</p>
	R 2.2 Reforçado o processo de formação contínua de supervisoras e supervisores, de directoras e directores de escolas e outros gestores escolares	<p>IE2.2.1 Capacitar directores de escolas, técnicos das ZIPs, dos Municípios e das Províncias no uso do Manual das Directrizes para a Supervisão de Escola, garantindo que inclua módulos específicos sobre igualdade de género e gestão escolar sensível ao género.</p> <p>IE2.2.2 Definir o perfil de directores de escolas, e nomeá-los na base de mérito (a partir de um concurso aberto a todos e dando particular encorajamento às professoras para participar no concurso)</p>

Resultados	Resultados Intermediários	Intervenção estratégica
R3. Melhorado o acesso e o ambiente escolar para a aprendizagem	R 3.1 Elaborado e implementado um plano de construção e requalificação de escolas e a respectiva manutenção, incluindo seu equipamento	<p>IE3.1.1 Identificar as necessidades de intervenção nas escolas a construir ou a requalificar e definir a estratégia de execução e o respectivo financiamento, garantindo que considere aspectos específicos a raparigas, pessoas com deficiência e grupos vulneráveis;</p> <p>IE3.1.2 Equipar as escolas com carteiras e com outros meios técnicos e tecnológicos (Código braile unificado, computadores, softwares específicos, etc.);</p> <p>IE3.1.3 Alocar nas escolas livros e outros materiais didáticos em tempo útil.</p>
	R 3.2 Garantido um ambiente escolar seguro e inclusivo e implementado um plano de nutrição escolar	<p>IE3.2.1 Implementar medidas (projectos) de combate ao consumo de álcool e outras drogas, dentro e fora da escola, envolvendo a escola (Conselho de Escola), a comunidade e as autoridades locais e incluir estratégias para prevenir e responder a casos de assédio e violência de género no ambiente escolar, promovendo um código de conduta claro para professores/as e alunos/as.</p> <p>IE3.2.2 Engajar os conselhos de escola para incluir aspectos de um ambiente escolar seguro e inclusivo nas suas agendas, incluindo mecanismos de denúncia seguros para meninas.</p>
	R 3.3 Planificada e implementada a aprendizagem sobre mudanças climáticas IE3.3.1 Incluir tópicos sobre mudanças climáticas, na abordagem pedagógica transversal;	<p>IE3.3.2 Organizar círculos de interesse na escola para elevar a consciência sobre as mudanças climáticas;</p> <p>IE3.3.3 Organizar palestras e visitas de estudo para elevar a consciência sobre as mudanças climáticas</p>



Resultados	Resultados Intermédios	Intervenção estratégica
R4. Melhorado o acesso, permanência, segurança e bem-estar da rapariga na escola	R 4.1 Aumentado o número de raparigas e assegurada a sua permanência na escola, de modo a atingir a paridade de género	<p>IE4.1.1 Realizar um estudo sobre a igualdade de género no acesso, aprendizagem, permanência na escola (nos diferentes níveis de ensino) que assegure a análise dos factores que afectam a participação das raparigas, como as normas de género, barreiras institucionais e violência na escola e elaborar um plano de acção</p> <p>IE4.1.2 Promover programas de aumento deliberado de matrículas e de retenção de raparigas na escola (sobretudo nos níveis pós-primário), com maior enfoque para as zonas com altas taxas de analfabetismo e baixas taxas de escolarização de raparigas;</p> <p>IE4.1.3 Oferecer incentivos para raparigas (ex: bolsas de estudos, bicicletas) frequentarem níveis mais altos de ensino (sensibilizando-as para aderirem ao programa STEM) e fornecer kits de dignidade (gestão de higiene menstrual).</p> <p>IE4.2.4 Visando a mudança de atitudes em relação a estes fenómenos, implementar campanhas nas comunidades sobre a retenção da rapariga na escola e a prevenção e monitorização de casos de casamento infantil e gravidez na adolescência, através dos conselhos da escola e envolvimento de líderes comunitários e religiosos.</p>
	R 4.2 Aumentado o número de formadoras nas Instituições de Formação Professores e de professoras no ensino secundário, incluindo aquelas com necessidades educativas especiais	<p>IE4.2.1 Identificar e treinar formadoras e professoras modelos/ estrelas, para incentivar a retenção das raparigas na escola</p> <p>IE4.2.2 Identificar as raparigas com necessidades educativas especiais e fornecer os meios necessários para prosseguirem com a sua formação como formadoras ou como professoras.</p>
	R 4.3 Assegurado o apoio às raparigas com necessidades educativas especiais e elaborado e implementado um programa de educação, saúde e bem-estar	<p>IE4.3.1 Conceber e implementar actividades que promovam educação, saúde e bem-estar da rapariga na escola, envolvendo pais/mães e encarregados/as de educação e os líderes comunitários e religiosos.</p> <p>IE4.3.2 Visando a mudança de atitudes culturais , conceber e implementar actividades que promovam educação, prevenção e combate contra o assédio sexual e violência baseada no género das raparigas na escola, envolvendo pais/mães e encarregados/as de educação e os líderes comunitários comunitários e religiosos</p> <p>IE4.3.3 Criar canais de denúncia seguros e mecanismos de apoio para raparigas vítimas de assédio ou violência na escola, garantindo que estas tenham acesso a acompanhamento psicológico e jurídico.</p>

4.4. Breve descrição da teoria de mudança (TdM): Resultados, Resultados Intermédios e intervenções estratégicas

Neste sub-capítulo do Pacto de Parceria de Angola pretende-se fazer uma breve descrição da TdM, seus resultados, resultados intermédios e intervenções estratégicas propostos a serem alcançados com a implementação deste pacto. Como já foi referido acima, o objectivo último pretendido (impacto) será alcançado através de intervenções estratégicas inovadoras que vão fazer diferença em relação à maneira como as intervenções eram feitas antes.

R1. Reforçada a qualificação, responsabilização, motivação e reconhecimento dos professores

A cima foi referido que o professor bem formado e motivado joga um papel crucial para alcance de resultados de aprendizagens de meninas e meninos que sejam satisfatórios, de modo a permitir que o sistema educativo opere de uma forma eficaz e eficiente. Por isso, todos os aspectos multifacetados que dizem respeito à

vida do professor devem ser abordados de uma forma holística e sensível ao género, desde o seu recrutamento para a formação inicial, a sua colocação, progressão na carreira, remuneração e aposentação.

Tendo em conta que o Banco Mundial e a GPE, em conjunto, no âmbito do Fundo Multiplicador da GPE, financiam o Projecto de Formação de Professores, Ciência e Tecnologia (conhecido sob a sigla TEST) - decidiu-se integrar neste Pacto de Parceria as intervenções relacionadas com o referido projecto. Trata-se de intervenções que dizem respeito à formação inicial de professores, à revisão do curriculum da formação inicial de professores e à reabilitação, expansão e equipamento de Institutos de Formação de Professores.

Com base no que foi dito acima, o reforço da qualificação, responsabilização, motivação e reconhecimento dos professores será alcançado através de intervenções estratégicas a serem levadas a cabo na formação inicial e contínua de formadores e professores, na gestão racional dos professores, incluindo o recrutamento, a alocação, a transferência e a retenção e no início da implementação do PNFGPD e dos Conselhos de Professores (CP).



R 1.1 Fortalecidos os programas de formação inicial dos professores e seus formadores

O projecto TEST justifica a necessidade de intervenção na formação inicial de professores, ao nível do Ensino Superior, pelo facto de os actuais padrões de seleção serem fracos, currículos de formação se encontrarem desatualizados e constatar-se baixa qualidade do ensino nos institutos de formação de professores o que contribui para que os futuros professores e professoras não estejam preparados para a sala de aula. Contudo, professores bem preparados têm um impacto muito maior sobre os alunos do que professores menos preparados. Ademais, em Angola e noutros lugares, o sistema de formação de professores não atrai candidatos fortes e nem forma professores de forma eficaz. Portanto, os professores não possuem o conjunto de competências e conhecimentos necessários para terem sucesso na sala de aula.



Neste domínio, são as seguintes intervenções estratégicas:

IE 1.1.1. Expandir o acesso à formação inicial de professores de alta qualidade

Trata-se de expandir a oferta de formação inicial de professores eficaz e de qualidade garantida através de investimentos em infra-estruturas críticas e renovações de instalações ao nível do Ensino Superior. Os investimentos terão como alvo os Institutos de Formação de Professores que se encontram fora de Luanda, para promover a equidade geográfica e criar uma reserva de professores de qualidade nas zonas do país com maior necessidade

IE 1.1.2. Melhorar a qualidade do ensino e dos programas de preparação de professores

A intervenção neste domínio inclui a melhoria dos instrumentos de avaliação e selecção para garantir que candidatos certos (com melhores qualificações) ingressam na formação para a profissão docente, ao nível do ensino superior, incluindo uma atualização do processo de exame de admissão e atividades de recrutamento para atrair os candidatos mais promissores. Os programas de remediação ou nivelamento também serão considerados para ajudar a corrigir as lacunas na capacidade académica e na preparação para a aprendizagem em níveis de educação anteriores. Estes serviços de apoio a nível individual visam reduzir os constrangimentos e alargar o acesso, sobretudo às candidatas a professoras.

IE.1.1.3. Reabilitar, expandir e equipar as Instituições de Formação de Professores

As obras de reabilitação e expansão vão melhorar em espaços físicos (por exemplo, salas de aula, laboratórios S T E M / i n f o r m á t i c a , bibliotecas, casas de banho), equipamento (por exemplo, mobiliário), ferramentas de ensino e aprendizagem, infraestruturas digitais (por exemplo, computadores, conectividade estável à Internet, sistemas de gestão da aprendizagem) e outros facilitadores (por exemplo, eletricidade). Estas melhorias em infraestruturas serão sensíveis ao género, isto é, terão em consideração necessidades específicas das candidatas a professoras e das respectivas formadoras.

R1.2 Reforço o processo de formação contínua de formadores e de professores em áreas chave



Por meio do programa de reforço escolar Aprendizagem na Idade Certa (AIC), o UNICEF tem apoiado o Ministério da Educação na capacitação contínua de professores, supervisores, inspectores, gestores escolares e outros quadros da educação nos níveis municipal, provincial e central. O objetivo é acelerar a aquisição de competências fundamentais em leitura e cálculo matemático por parte dos alunos do ensino primário.

O programa baseia-se na metodologia Teaching at the Right Level (Ensino no Nível Certo), amplamente reconhecida por evidências internacionais como uma intervenção eficaz e com custo-eficácia para a melhoria das aprendizagens. O AIC foi desenvolvido considerando as particularidades do contexto educacional

Angolano, utilizando os mecanismos existentes de supervisão, monitoramento e formação contínua. Dessa forma, pode ser integrado com facilidade às estruturas actuais do sistema educacional, visando a expansão sustentável à escala nacional.

Neste domínio, as intervenções estratégicas irão incidir sobre as seguintes actividades:

IE 1.2.1. Planificar e implementar a formação contínua de professores, com um foco na melhoria das aprendizagens a nível da Língua Portuguesa e da Matemática no ensino primário, e qualificá-lo com ferramentas didácticas, metodológicas, interdisciplinaridade, caracterização psico-pedagógica, elaboração de planos de aula e planos educativos individualizados sensíveis ao género

A formação contínua deve ser centrada na sala de aulas, em observação a aulas vivas dadas por professoras e professores de classes iniciais do EP (Iniciação e 1º ciclo) de 2-3 escolas previamente seleccionadas em Municípios também previamente seleccionados (segundo critérios de maior vulnerabilidade, baixas taxas de escolarização, menor escolarização das raparigas e maior nível de pobreza). Serão mobilizados formadores da Instituição de formação de professores mais próxima ou recrutados antigos professores de Magistério Primário para participarem no processo de formação contínua na prática dentro da sala de aula. Há que identificar e envolver professoras e professores que conseguem fazer aprender os alunos, mesmo com turmas numerosas (por exemplo, Cuanza Sul, mais de 70 alunos). Dependendo da disponibilidade orçamental, podem ser seleccionados mais municípios à razão de um por província, aumentando mais um município em cada ano. Ao fim de 4 anos a intervenção terá atingido 4 municípios em cada Província e essa cobertura poderá gerar impactos significativos.

Um dos focos da formação contínua deverá ser o de dotar os professores e professoras de capacidades e ferramentas para acelerar a aquisição das competências de base de leitura e cálculo matemático por parte dos alunos a frequentar o ensino primário. Através do programa de reforço escolar, Aprendizagem na Idade Certa (AIC), professoras e professores são capacitados para aferir, através de uma avaliação rápida e simplificada, o nível real de conhecimento e aprendizagem das meninas e meninos em Língua Portuguesa e Matemática e, com base nesse resultado, agrupá-los e ensiná-los de

acordo com o nível de conhecimento demonstrado (e não de acordo com a classe que frequentam). Vários estudos e relatórios de painéis de especialistas vêm reiteradamente comprovando a eficácia desta abordagem na melhoria das aprendizagens assim como a sua eficiência em termos de custos.

Além disso, a formação contínua incluirá módulos específicos sobre a promoção da igualdade de género, garantindo que professores e professoras adquiram conhecimento e competências para criar ambientes de aprendizagem mais inclusivos.

As Zonas de Influência Pedagógica (ZIP), como comunidades de conhecimento e de aprendizagem colaborativa, podem ser utilizadas para divulgação da experiência colhida com a intervenção e para a melhoria e ajuste da implementação do programa AIC. As intervenções feitas nas escolas selecionadas devem ser documentadas e partilhadas com as Instituições de formação de professores recorrendo, eventualmente, à Plataforma Xilonga e incluindo do Projecto TEST.

IE 1.2.2. Produzir e disponibilizar planos e programas curriculares, guias metodológicos, dicionários da língua gestual angolana e manuais do professor, sensíveis ao género

A intervenção realizada nas escolas deverá educar as professoras e os professores das escolas selecionadas sobre como elaborar planos de aulas sensíveis ao género, a partir de programas curriculares. Esta será uma oportunidade para avaliar se os conteúdos de ensino são adequados e relevantes. Os resultados obtidos poderão ser partilhados com o Projecto TEST.

IE 1.2.3. Equipar as escolas com meios técnicos e tecnológicos (Código braille unificado, computadores, softwares específicos, etc.) e oferecer algumas formações através da modalidade de Educação Aberta e à Distância (EaD)

Neste domínio vai-se procurar:



Aumentar a **literacia digital** de professoras e professores, oferecendo cursos de curta duração que lhes permitam desenvolver competências na utilização de tecnologias e plataformas digitais



Ver como as TICs (**Plataforma XILONGA**) podem ser utilizadas para difundir as boas práticas e criar e difundir conteúdos mais aprofundados para fortalecer a experiência docente



Implementar um projecto **subsidiado de venda de computadores** para que cada professor tenha acesso a um

R1.3 Assegurada a gestão racional dos professores, incluindo o recrutamento, a alocação, a transferência e a retenção



Os professores constituem uma força de trabalho muito importante, não só pelo exercício da sua actividade docente, mas também pelo peso orçamental que os seus salários representam (às vezes, cerca de 90% do orçamento de funcionamento do sector da educação). Neste sentido, deve ser estabelecida uma gestão muito rigorosa, a fim de permitir que os professores recrutados e contratados são alocados onde são necessários e exercem, efetivamente, as suas actividades. Neste domínio serão levadas a cabo as intervenções estratégicas que seguem abaixo.

IE 1.3.1. Implementar iniciativas destinadas a atrair e reter professores qualificados onde eles são mais necessários e resolver as desigualdades na alocação de professores, sobretudo nos municípios com maior e persistente escassez de professores e nas zonas rurais

Em geral, a profissão docente não tem sido atraente e não acolhe as pessoas melhor formadas. Quando um jovem termina o ensino secundário e apresenta-se como candidato a um curso no ensino superior, o professorado não é sua primeira escolha. Eventualmente, só vai ingressar em um curso de professorado depois de goradas as tentativas de entrar noutros cursos mais procurados. Mesmo os professores que estão em exercício, uma boa parte deles procura um outro emprego.

Um estudo recente realizado pelo MED e UNICEF analisou a questão de escassez de professores em Angola que é agravada pela desigualdade na sua alocação nas diferentes regiões do país. Este estudo constitui um contributo muito importante para o presente Pacto de Parceria pois as evidências encontradas podem ser um input para a melhoria da eficácia do sistema de recrutamento e alocação de professores.

Face ao que acima foi dito, há que:

- Recrutar e reter mais professores (dando prioridade às professoras) e gerir melhor a sua transferência dentro ou fora do município.
- Colocar mais professoras nas escolas mais recônditas e vulneráveis.
- Assegurar que os professores existentes sejam distribuídos de forma justa e eficiente entre os municípios e dentro dos mesmos e entre as escolas e dentro delas, com particular ênfase para a distribuição equitativa das professoras do sexo feminino;
- Conceber estratégias para tornar a profissão de professor mais atractiva e responder à escassez de professores.
- O MED deve aprofundar a reflexão no sentido de identificar os factores que levam a desigualdades e desequilíbrios na distribuição de professores pelo país.

IE 1.3.2. Garantir que os incentivos financeiros e não financeiros existentes sejam claramente comunicados aos professores e assegurar o seu pagamento atempado e regular

Desenvolver um plano de incentivos, tais como incentivos financeiros, benefícios de trabalho adicionais e garantia de oportunidades de desenvolvimento profissional, para fixar professores nas zonas com maior carência de docentes.

IE 1.3.3. Conceber e implementar um quadro regulamentar de processos de gestão de professores, definindo o tipo de decisões que devem ser tomadas nos níveis central, provincial, Municípios e escolas e delegando a tomada de decisões de gestão operacional de professores ao nível da escola, sempre que possível (sobretudo, em relação à presença do professor na sala e garantia de que está a dar aulas).

Criar um instrumento (guia ou manual) sobre o processo de planificação, recrutamento, formação e colocação de professores sensível ao género.

Atenção deve ser dado à necessidade de colocação de professoras lá onde elas são mais necessárias (por exemplo, em áreas geográficas onde a escolarização da rapariga é mais baixa).

Implementar códigos de conduta para professores e outros profissionais de educação, que imponham obrigações para reportar casos de assédio sexual, abuso, discriminação e violência de género, e penalizações daqueles que os cometam.

R1.4 Iniciada a implementação Programa Nacional de Formação e Gestão de Pessoal Docente (PNFGPD), e criados os Conselhos de Professores (CP)

IE 1.4.1. Adotar, socializar e iniciar a implementação do PNFGPD

Avançar com o processo de implementação do Decreto Presidencial 205/18 de 03 de Setembro do Programa Nacional de Formação e Gestão de Pessoal Docente (PNFGPD), através da sua avaliação, registo e certificação o que culminará com a atribuição de uma carteira profissional mediante o seu desempenho profissional.

IE 1.4.2. Criar o Conselho de Professores (CP)

Por se tratar de um processo que implica decisões sensíveis sobre a vida e futuro profissional dos professores, a experiência internacional mostra que a criação de Conselhos de Professores é mais efectiva se realizada num ambiente de consulta e participação. Como destinatários finais do Conselho de Professores, os professores devem ser parte do processo de construção do edifício metodológico através do qual as suas capacidades e competências serão validadas e certificadas.

Além disso, o Conselho de Professores deve adotar uma abordagem inclusiva e sensível ao género, garantindo representação equitativa de professoras e professores na sua composição e nos processos de tomada de decisão. Devem ser incorporados critérios que promovam a igualdade de género na validação e certificação de competências, assegurando que as professoras tenham oportunidades iguais para progressão na carreira e acesso a cargos de liderança dentro do Conselho.

IE 1.4.3. Avaliar, registar e certificar professores, atribuindo-lhes a carteira profissional mediante o seu desempenho profissional

A avaliação, registo e certificação de professores, atribuindo-lhes a carteira profissional mediante o seu desempenho profissional vai obedecer à planificação e calendarização rigorosas, uma vez criadas todas as condições para a implementação do PNFGPD.



R2. Melhorada a gestão e supervisão de escolas

Acima já se fez referência à complexidade da gestão de escolas e os grandes desafios que os seus gestores enfrentam, em particular os directores de escolas. Há um conjunto muito importante de habilidades para a gestão de recursos humanos (pessoal docente e não docente, sobretudo acompanhamento, avaliações, sanções e estímulos), gestão de alunos e respectivos pais e encarregados de educação, gestão das relações com a comunidade que circunvizinha da escola, gestão pedagógica, gestão patrimonial, gestão financeira (fazer pagamento a tempo) e gestão de documentação ou escrituração escolar (registo de matrículas e emissão de documentos)

Para além dos aspectos de gestão escolar, também importa abordar a questão da coordenação entre os níveis central e subnacional e delegar a tomada de decisões (por exemplo, a gestão de professores) ao nível local, sempre que possível. A existência de um manual com directrizes para a supervisão das escolas primárias e secundárias pode ser um instrumento muito útil para os gestores e técnicos nos níveis central, provincial, dos municípios, ZIPs e escolas.

A gestão escolar e supervisão são elementos chave para a melhoria das aprendizagens fundamentais, de Língua Portuguesa e Matemática, no ensino primário (iniciação e 1º ciclo). De extrema importância, é melhorar a produção e a utilização de dados de qualidade sobre os resultados das aprendizagens no processo de gestão das escolas. É importante que a gestora ou gestor escolar disponha de dados actualizados que lhe permitam medir o progresso das alunas e alunos na aquisição de competências de leitura e cálculo matemático e que esses dados sejam incorporados no processo de planificação e tomada de decisões a fim de melhorar os resultados das aprendizagens. Por outro lado, é essencial que supervisoras e supervisores estejam devidamente capacitados para apoiar as professoras e os professores pedagogicamente na aquisição de competências de base de leitura e cálculo matemático assim como na utilização de dados para ajustar a instrução ao nível real de competências do aluno.

A partir do que acaba de ser exposto, a melhoria da gestão e supervisão de escolas pode ser alcançada através do estabelecimento de um sistema de supervisão escolar e da disseminação de instrumentos de gestão escolar e da capacitação dos seus agentes.

R 2.1 Reforço o sistema de supervisão escolar e disseminados instrumentos de gestão escolar



O reforço do sistema de supervisão escolar pode ser alcançado através da adopção de um Manual sobre a Supervisão de Escolas, pelas próprias escolas, ZIPs, Municípios e Províncias e da criação de uma plataforma sobre a supervisão escolar, de modo a monitorizar a implementação do Sistema de Supervisão Escolar. Melhorar a governança do sistema educativo, de modo a mitigar a sua fragmentação, descoordenação e burocratização

IE 2.1.1. Conceber e implementar um Manual de Supervisão de Escolas pelas ZIPs, Municípios e Províncias

Conceber, adoptar e implementar um Manual de Supervisão nas Escolas, pelas próprias escolas, ZIP, para melhoria da actuação da professora e do professor na sala de aula, através do apoio tutorial, que incorpore uma perspectiva de género.

IE 2.1.2. Expandir e intensificar a utilização da plataforma TEACH sobre a supervisão escolar de modo a monitorizar as práticas dos professores nas salas de aulas

Trata-se de expandir e intensificar a Supervisão Pedagógica de modo a conferir ao professor e à professora um serviço competências para o exercício de uma docência eficaz. Com efeito, espera-se capitalizar a experiência que o MED adquiriu na implementação da plataforma TEACH. A plataforma TEACH é uma ferramenta que serve para avaliar, de forma holística, o que os professores fazem na sala de aula. Isso é feito considerando não apenas o tempo gasto no processo de ensino e aprendizagem, mas também em relação à qualidade das práticas dos professores. O TEACH inclui um kit de ferramentas que facilita a colecta de dados, a sua análise e a validação das pontuações.

IE 2.1.3. Definir o perfil de supervisores, incluindo os supervisores de proximidade e nomeá-los na base de mérito (a partir de um concurso aberto a todos e dando particular encorajamento às supervisoras

Tendo em conta a necessidade de realizar uma supervisão eficaz e eficiente, é importante que seja definido um perfil de supervisoras e supervisores e que os mesmos sejam nomeados por mérito, através de concurso público e transparente

R 2.2 Reforçado o processo de formação contínua de supervisores, de directores de escolas e outros gestores escolares, com um foco na melhoria das aprendizagens a nível da Língua Portuguesa e da Matemática no ensino primário



Reforçar as capacidades dos gestores e gestoras escolares, através de cursos de formação, capacitações, oficinas, programas de qualificação profissional, entre outras abordagens, oferecidas por instituições públicas e privadas para profissionais que actuam em todos os segmentos da educação.

IE 2.2.1. Capacitar directores de escolas, técnicos das ZIPs, dos Municípios e das Províncias no uso do Manual das Directrizes para a Supervisão de Escola

Capacitar técnicos das administrações centrais e locais e escolas no uso de sistemas informáticos de informação e gestão, assegurando que essa formação inclua módulos específicos sobre igualdade de género e gestão escolar sensível ao género.

Os directores e directoras de escola devem elaborar relatórios relativamente ao nível de ensino oferecido na sua escola, em formato pré-estabelecido para que contemple todas as dimensões que interessam à análise de monitorização e avaliação dos supervisores e decisores.

Melhorar o perfil dos directores e directoras capazes de promover a melhoria da avaliação, mas também o funcionamento das escolas, auxiliada pela existência de meios informáticos que sejam um suporte para automatizar esses processos e possibilitar maior transparência, através, por exemplo, de um modelo online pré-concebido. Ademais, a nomeação de directoras e directores de escolas deve obedecer ao perfil definido na lei e, sempre que possível, nomear directoras de escolas, sobretudo nas zonas rurais mais recônditas e em escolas com menor presença de raparigas.

Desenvolver um portal único da educação que inclua janelas para alunos, professores e escolas e que apoie a partilha de informação, gestão e prestação de serviços.

Capacitar técnicos das administrações centrais e locais e escolas no uso de sistemas informáticos de informação e gestão.

Melhorar a articulação entre os órgãos locais e centrais na gestão de carreiras dos responsáveis do sector da educação.

Condicionar a mobilidade dos profissionais da educação às necessidades centrais do sector.

A nível municipal, a interação será entre as organizações da sociedade civil locais/municipais e as administrações municipais, nomeadamente com as Direções Municipais de Educação, que são basicamente os órgãos responsáveis pela implementação das políticas públicas de educação.

IE 2.2.2. Definir o perfil de directores de escolas, e nomeá-los na base de mérito (a partir de um concurso aberto a todos e dando particular encorajamento às professoras para participar no concurso)

Para se realizar uma gestão escolar eficaz e eficiente, é importante definir um perfil de directoras e directores de escolas e que os mesmos sejam nomeados por mérito, através de concurso público e transparente.

R3. Melhorado o acesso e o ambiente escolar para a aprendizagem

Mais acima foi referido que o sistema educativo angolano enfrenta um grande défice de infraestruturas escolares, agravado pelo alto crescimento demográfico. Algumas escolas encontram-se em condições não adequadas e, nalguns casos, funcionam ao ar livre e sem carteiras escolares e sem quadro preto. A queda de paredes, o levantamento da cobertura em chapa de zinco, ou a entrada de água nos períodos de chuva intensa, faz com que crianças, encarregados de educação e professores não considerem a escola como um local seguro. Ainda há a acrescentar a falta de infraestruturas condignas (casas de banho sensíveis ao género), a falta de água, energia, Internet e um ambiente seguro e protegido. O ambiente escolar

também está relacionado com rácios alunos/ professor (turmas sobrecarregadas com mais de 120 alunos) o que torna difícil a condução do processo de ensino e aprendizagem. A existência de práticas de violência baseada no género também põe em causa a segurança das escolas. Ademais, a má nutrição dos alunos influencia directamente o seu processo de ensino-aprendizagem.

Os desafios acima abordados podem ser mitigados através da elaboração e implementação de um plano de construção e requalificação de escolas e a respectiva manutenção, incluindo seu equipamento; garantia de um ambiente escolar seguro e inclusivo e implementação de um plano de nutrição escolar (Alimentação escolar), bem como a aprendizagem sobre as mudanças climáticas.

R 3.1 Elaborado e implementado um plano de construção e requalificação de escolas e a respectiva manutenção, incluindo seu equipamento

Neste domínio serão levadas a cabo as seguintes intervenções estratégicas:

IE 3.1.1. Identificar as necessidades de intervenção nas escolas a construir ou a requalificar e definir a estratégia de execução e o respectivo financiamento

As escolas previamente seleccionadas em Municípios referidas no Resultado R.1.1 (sobre a formação contínua de professores) devem ser avaliadas e serem submetidas a algumas melhorias (reparação, manutenção), de modo a serem mais atractivas. Eventualmente, poderão ser construídas salas adicionais para acomodar novos alunos que ingressam na classe de Iniciação ou na 1ª Classe do EP. Estas novas construções devem contemplar casas de banho amigáveis para as raparigas (sanitários condignos para as raparigas). Ademais, as novas salas devem também contribuir para reduzir o rácio alunos por professor de modo que se situe à volta de 40:1 (40 alunos por professor). Igualmente, deve-se prever a construção de escolas secundárias para as quais serão encaminhados os alunos que terminarem o EP, dando maior prioridade às raparigas (incluindo o recurso ao sistema de bolsas e outras formas de incentivos).

IE 3.1.2. Equipar as escolas com carteiras e com outros meios técnicos e tecnológicos (Código braille unificado, computadores, softwares específicos, etc.)

Equipar escolas do ensino primário e secundário com carteiras, computadores e acesso à Internet, por meio de parcerias com fornecedores de serviços de Internet.

Nestas escolas podem ser criadas condições de acesso à plataforma Xilonga, de modo a aceder a conteúdos didáctico-pedagógicos e lúdicos para professores e alunos. Os professores e professoras

devem adquirir competências digitais para se servirem deles na sua auto-formação e também para poderem apoiar os alunos na sua aprendizagem digital. A melhoria das competências digitais dos professores aumentará o seu acesso aos recursos, aumentará a eficiência nas tarefas administrativas e expandirá a utilização de tecnologias básicas para o ensino e a aprendizagem nas salas de aula.

Há que prever o desenvolvimento do ensino aberto e à distância como uma forma de aumentar as oportunidades de auto-formação para os alunos e professores.

IE 3.1.3. Alocar nas escolas livros e outros materiais didáticos em tempo útil

Regulamentar os processos de distribuição de manuais escolares, de forma a garantir uma distribuição suficiente e equitativa por todas as províncias, incluindo a disponibilização de manuais gratuitos aos alunos do ensino primário. Importa, igualmente, implementar um processo de reutilização dos manuais escolares para diminuição de despesas com os mesmos.

R 3.2 Garantido um ambiente escolar seguro e inclusivo e implementado um plano de nutrição escolar

Neste domínio serão levadas a cabo as seguintes intervenções estratégicas:

IE 3.2.1. Implementar medidas (projectos) de combate ao consumo de álcool e outras drogas, dentro e fora da escola, envolvendo a escola (Conselho de Escola), a comunidade e as autoridades locais e incluir estratégias para prevenir e responder a casos de assédio e violência de género no ambiente escolar, promovendo um código de conduta claro para professores/as e alunos/as

Desenvolver um projecto específico de educação inclusiva para alunos com deficiência e alocar fundos adequados para o efeito.

Produzir e adquirir material didáctico e equipamento específico nas escolas para melhorar os serviços educacionais a alunos com deficiência e outras vulnerabilidades. É importante incluir estratégias para prevenir e responder a casos de assédio e violência de género no ambiente escolar, promovendo um código de conduta claro para professores/as e alunos/as.

Expandir e assegurar a distribuição equitativa e qualitativa de alimentação escolar aos alunos do ensino primário, alavancando produtores locais para minimizar os custos de produção e fabricação das refeições com o selo “Feito em Angola”. Através do programa de alimentação escolar, importa encorajar e apoiar a mobilização de mais raparigas para que se matriculem, frequentem e permaneçam na escola.

O Projecto “Todos Unidos Pela Primeira Infância” (TUPPI) é um modelo de atendimento alternativo não institucional da Educação Pré-Escolar, que visa promover o desenvolvimento integral das crianças desde o nascimento até aos 6 anos de idade, isto é, na primeira infância, mediante a aplicação de uma estratégia intersectorial, baseada no protagonismo da família e na participação activa da comunidade.

O Plano Nacional de Leitura (PNL) é uma estratégia do Executivo angolano, com finalidade de promover o gosto e o hábito pela leitura e escrita, destinado as crianças e alunos do pré-escolar, e ensino primário e secundário.

IE 3.2.2. Engajar os conselhos de escola para incluir aspectos de um ambiente escolar seguro e inclusivo nas suas agendas, incluindo mecanismos de denúncia seguros para meninas

Considerando a contribuição que os conselhos de escola dão no funcionamento e gestão transparente de escolas, encorajando a prestação de contas, estes órgãos devem integrar nas suas agendas e rotinas de actividades aspectos que visam assegurar um ambiente escolar seguro e inclusivo e que criem mecanismos de denúncia seguros para as meninas.

R 3.3 Planificada e implementada a aprendizagem sobre mudanças climáticas

Introduzir aprendizagem sobre as mudanças climáticas, de modo que os alunos possam adquirir consciência sobre os seus efeitos nocivos.

Neste domínio serão levadas a cabo as seguintes intervenções estratégicas:

IE 3.3.1. Incluir tópicos sobre mudanças climáticas, na abordagem pedagógica transversal

Tanto quanto possível, o sector da educação vai incluir nos seus programas curriculares aspectos sobre mudança climática e o seu impacto na sociedade. É importante que esta integração pedagógica seja feita de forma transversal, isto é, que as mudanças climáticas sejam abordadas em todas as disciplinas curriculares.

IE 3.3.2. Organizar círculos de interesse na escola para elevar a consciência sobre as mudanças climáticas

Dentro das escolas, fora do programa curricular, é importante encorajar a criação de círculos de interesse dentro das escolas, de modo que professores e alunos possam ter a oportunidade de analisar estes fenómenos a partir de ocorrências concretas da região. Não havendo ocorrências locais, pode-se recorrer a exemplos de casos ocorridos em regiões mais próximas.

IE 3.3.3. Organizar palestras e visitas de estudo para elevar a consciência sobre as mudanças climáticas

A partir de casos concretos locais ou doutras regiões é importante organizar palestras regulares para elevar a consciência sobre a sua ocorrência e a necessidade de adoptar mecanismos de resiliência.

R4. Melhorado o acesso, permanência, segurança e bem-estar da rapariga na escola

Ao abordar o tema sobre o género, como uma das prioridades neste Pacto de Parceria, foram identificadas várias barreiras que dificultam a escolarização da rapariga. A eliminação gradual dessas barreiras pode ser feita a partir da concepção e execução de programas específicos que tenham como objectivo favorecer o acesso,

frequência, permanência, segurança e bem-estar das raparigas na escola. Mais concretamente, vai ser necessário aumentar o número de raparigas e garantir a sua permanência na escola, de modo a atingir a paridade de género; aumentar o número de formadoras nas Instituições de Formação Professores e de professoras no ensino secundário e assegurar o apoio às raparigas com necessidades educativas especiais, assim como implementar um programa de educação, saúde e bem-estar.

R 4.1 Aumentado o número de raparigas e assegurada a sua permanência na escola, de modo a atingir a paridade de género

Neste domínio serão levadas a cabo as seguintes intervenções estratégicas:

IE 4.1.1. Realizar um estudo sobre a igualdade de género no acesso, aprendizagem, permanência na escola e elaborar um plano de acção

No ano 2022, a União Europeia realizou um estudo sobre a igualdade de género no sector da educação e identificou as principais barreiras que impedem que as meninas ingressem e permaneçam no ensino secundário nomeadamente, a prevalência de situações de gravidez na adolescência, os estereótipos de género e obrigações domésticas, a ausência de infraestruturas escolares adequadas, as dificuldades financeiras, dentre várias. No âmbito da Análise do Sector da Educação a ser realizado com o financiamento da Subvenção da GPE sobre o Reforço de Capacidades (SCG), será incluído o estudo sobre a igualdade de género, de modo a avaliar os progressos feitos na eliminação/redução das barreiras e propor um plano de acção. Os relatórios de progresso elaborados pelo MED e seus parceiros serão um input muito importante.

IE 4.1.2. Promover programas de aumento deliberado de matrículas e de retenção de raparigas na escola, com maior enfoque para as zonas com altas taxas de analfabetismo e baixas taxas de escolarização

De forma deliberada, é necessário elaborar e implementar um programa visando aumentar as matrículas de raparigas, desde as classes de Iniciação até atingirem o ensino superior ou formação técnico-profissional. Maior prioridade deve ser dada às raparigas oriundas de municípios vulneráveis, com elevados níveis de pobreza, altas taxas de analfabetismo e baixas taxas de escolarização. Estas intervenções estratégicas serão realizadas em paralelo com o apoio às políticas dos professores no âmbito do Projeto Empoderamento e Aprendizagem das Raparigas para Todos. Será muito importante realizar um forte trabalho de campanhas de sensibilização e advocacia junto das comunidades locais e famílias, visando encorajar que reduzam as tarefas domésticas que impedem que as raparigas frequentem a escola e nela permaneçam até atingir níveis mais elevados de escolarização (ensino superior ou formação técnico-profissional).

IE 4.1.3. Oferecer incentivos para raparigas (ex: bolsas de estudo, bicicletas) frequentarem níveis mais altos de escolarização (sensibilizando-as para aderirem ao programa STEM) e fornecer kits de dignidade (gestão de higiene menstrual)

Trata-se de aplicar um conjunto de incentivos que visam estimular que as raparigas frequentem a escola e nela permaneçam até atingir níveis mais elevados de escolarização (ensino superior ou formação técnico-profissional). Em particular, as raparigas devem encorajadas a frequentarem e concluírem cursos ligados a ciências, engenharias, tecnologias e matemáticas (STEM). Expandir o projecto de bolsas de estudo para meninas vulneráveis, de forma a reduzir a desigualdade de género no acesso à educação.

Como já foi referido acima, as escolas devem possuir casas de banho amigáveis às raparigas e elas devem receber apoio em kits de dignidade (sanitários) a serem utilizados durante o período menstrual.

IE 4.1.4. Implementar campanhas nas comunidades sobre a retenção da rapariga na escola e a prevenção e monitorização de casos de uniões prematuras e gravidez precoce, através dos conselhos da escola e envolvimento de líderes comunitários

Realizar um forte trabalho de campanhas de sensibilização e advocacia junto das comunidades locais e famílias, visando encorajar que reduzam as tarefas domésticas que impedem que as raparigas frequentem a escola e nela permaneçam até atingir níveis mais elevados de escolarização (ensino superior ou formação técnico-profissional). Ademais, é imperiosa a implementação da legislação que visa proteger a rapariga grávida, incluindo no âmbito do acesso à educação. Medidas devem ser tomadas no sentido de prevenir e monitorizar casos de

casamento infantil e gravidez na adolescência, através dos conselhos da escola e envolvimento de líderes comunitários e religiosos.

R 4.2 Aumentado o número de formadoras nas Instituições de Formação Professores e de professoras no ensino secundário, incluindo aquelas com necessidades educativas especiais

Neste domínio serão levadas a cabo as seguintes intervenções estratégicas:

IE 4.2.1. Identificar e treinar formadoras e professoras modelos/ estrelas, para incentivar a retenção das raparigas na escola

Importa conceber e realizar um plano deliberado que vise aumentar o número de formadoras nas Instituições de Formação Professores, como forma de encorajar que mais raparigas frequentem cursos para formação de professores.

De igual modo, é importante conceber e realizar um plano deliberado que vise aumentar o número de matrículas de raparigas candidatas a professoras para frequentarem as Instituições de Formação Professores. Neste âmbito, é importante dar prioridade às raparigas oriundas de municípios vulneráveis, com elevados níveis de pobreza, altas taxas de analfabetismo e baixas taxas de escolarização. Após a sua graduação como professoras, a sua colocação nas suas zonas de origem pode ter um impacto muito importante na sensibilização de outras raparigas para seguirem a formação de professoras e outros cursos.

IE 4.2.2. Identificar as raparigas com necessidades educativas especiais e fornecer os meios necessários para prosseguirem com a sua formação como formadoras ou como professoras

É importante criar condições para identificar as raparigas com necessidades educativas especiais e fornecer-lhes os meios necessários para prosseguirem com a sua formação como formadoras ou como professoras.

R 4.3 Assegurado o apoio às raparigas com necessidades educativas especiais e elaborado e implementado um programa de educação, saúde e bem-estar

Neste domínio serão levadas a cabo as seguintes intervenções estratégicas:

IE 4.3.1. Conceber e implementar actividades que promovam educação, saúde e bem-estar da rapariga na escola, envolvendo pais/mães e encarregados/as de educação e os líderes comunitários e religiosos

Promover a inclusão de conteúdos sobre a educação sexual e reprodutiva no currículo de todas as escolas do 1º ciclo do ensino secundário, de modo a reduzir a taxa de gravidez adolescente, a proliferação de doenças sexualmente transmissíveis, e o abandono escolar associado.


IE 4.3.2. Conceber e implementar actividades que promovam educação, prevenção e combate contra o assédio sexual e violência baseada no género das raparigas na escola, envolvendo pais/mães e encarregados/as de educação e os líderes comunitários e religiosos

Fornecer módulos de formação para professores e outros profissionais de educação focados na prevenção de assédio sexual e discriminação.

Combater o bullying e assédio sexual a meninas na escola, para a promoção de condições que motivem a sua permanência.

IE 4.3.3. Criar canais de denúncia seguros e mecanismos de apoio para raparigas vítimas de assédio ou violência na escola, garantindo que estas tenham acesso a acompanhamento psicológico e jurídico

Tendo em consideração que persistem situações de medo de represálias, é importante as autoridades competentes, em articulação as direcções e conselhos de escolas, criem canais seguros de denúncia, visando que os autores de violência ou assédio de raparigas nas escolas sejam identificados e exemplarmente punidos pelos seus actos.



ALINHAMENTO DOS RECURSOS DO GOVERNO, DOS PARCEIROS E DA GPE

Descrição do esforço global do governo e dos parceiros e indicação de onde as subvenções da PGE irão apoiar/complementar (não apenas dos fundos da GPE).

5.1 O papel do Orçamento Geral do Estado no sector da Educação

O financiamento do Sistema de Educação é um mecanismo importante para o desenvolvimento de um país. É necessário ter em conta que o investimento na formação dos professores e nas Instituições de Ensino, desempenham um papel preponderante para a evolução sustentável da sociedade.



O Governo de Angola, através do PDN 2018-2022, previa “(...) aumentar gradualmente a afectação de recurso, visando alcançar as proporções recomendadas internacionalmente e com as quais Angola se comprometeu, nomeadamente 20% para a Educação e 15% para a Saúde” (PDN 2018-2022:281).

No seu relatório de avaliação da AFF feita pelo LEG, o ITAP destaca que existem também grandes disparidades nos financiamentos entre regiões. Por exemplo, ao nível do ensino primário, algumas regiões gastam USD 38 por aluno, enquanto outras gastam apenas USD 11 (menos de um terço dos gastos daquelas).

A ausência de uma fórmula clara para a atribuição de recursos em função do número de alunos ou para atribuir recursos em função

de necessidades locais, pode-se constituir com uma das dificuldades do sector.

O executivo angolano tem vindo a implementar por meio de programas e projectos multissetoriais, acções que visam mitigar o impacto dos factores acima mencionados, nomeadamente, o Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), com a finalidade de materializar acções de Investimento Público (PIP), de Despesas de Apoio ao Desenvolvimento (DAD) e de actividades básicas com prioridade para as acções de carácter social, de modo a inibir o êxodo rural e promover o crescimento económico, social e regional mais inclusivo no país.

5.2 Compromissos de parceiros até 2030

A ideia é de incluir todos os compromissos de apoio ao sector educativo angolano, quer sejam para apoiar as actividades do Pacto de Parceria, quer seja para apoiar outras áreas não abrangidas pelo Pacto.

BANCO MUNDIAL

PATII - Projecto Aprendizagem para Todos - é um Projecto desenvolvido pelo Ministério da Educação com apoio financeiro do Banco Mundial que visa melhorar os conhecimentos e as competências dos professores, a gestão das escolas e melhorar o sistema de avaliação dos alunos.

Um dos componentes deste projecto visa acelerar a aprendizagem dos alunos através da melhoria da formação contínua dos professores. Para o efeito, será utilizada a ferramenta Teach.

O Teach é uma ferramenta de observação em sala de aula, de acesso livre e ajuda a identificar as necessidades de desenvolvimento profissional dos professores e o Coach aproveita estes conhecimentos para modelar o apoio que os professores recebem de modo a melhorarem o seu ensino. O Coach engloba diferentes tipos de apoio – sob a forma de coaching individual, sessões de formação em grupo e workshops, e outras abordagens, quer através de modalidades presenciais, remotas ou híbridas – para melhorar a qualidade das interacções professor-aluno na sala de aula, o que é fundamental para melhorar os resultados de aprendizagem dos alunos.

TEST - Trata-se de um financiamento a um projecto do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia de abordagem programática multifase com um envelope financeiro global de 550 Milhões de Dólares. A 1ª fase desse financiamento, com um total de 200 Milhões de Dólares, inclui 150 Milhões de empréstimo do Banco Mundial e 50 Milhões de Dólares de subvenção da GPE. Esta fase abrange três componentes:

- | | | |
|---|--|---|
| (i) Melhoria da qualidade dos estudantes admitidos aos cursos do Ensino Superior. | (ii) Melhoria da qualidade dos programas em áreas estratégicas prioritárias. | (iii) Reforço da capacidade de gestão, monitorização e avaliação do projecto. |
|---|--|---|

A intervenção conjunta do Banco Mundial e da GPE será feita ao nível da componente 1 (Melhoria da qualidade dos estudantes admitidos aos cursos do Ensino Superior), através da expansão do acesso à formação inicial (pré-serviço) de professores de alta qualidade (US\$90 milhões do BM e US\$40 milhões da GPE) e da melhoria da qualidade do ensino e dos programas de preparação de professores (10 milhões de dólares da GPE).

GPE – No momento actual, Angola é elegível às seguintes subvenções ou fundos: Subvenção de Desenvolvimento das Capacidades do Sistema, Subvenção do Fundo Multiplicador e a Subvenção do Fundo Acelerador da Educação das Raparigas.

Uma parte da Subvenção de Desenvolvimento das Capacidades do Sistema está a cobrir a consultoria para a elaboração do Pacto de Parceria e a assistência técnica da Coordenação e Secretariado do Grupo Local de Educação. Esse Secretariado pode apoiar a coordenação setorial, fazendo um mapeamento das intervenções dos parceiros, organizando reuniões regularmente e executando as tarefas operativas para uma parceria eficaz e o sucesso dos processos da GPE em Angola. A parte restante desta subvenção irá cobrir outras intervenções ora em curso de discussão entre a Agência Coordenadora (UNICEF), MED e outros parceiros.

A Subvenção do Fundo Multiplicador já atribuída através da intervenção conjunta entre o Banco Mundial e a GPE no âmbito do Projecto TEST acima descrito.

A Subvenção do Fundo Acelerador da Educação das Raparigas só pode ser solicitada depois da elaboração do Pacto de Parceria, uma vez que os fundos do Multiplicador já foram assegurados.

UNIÃO EUROPEIA – Neste momento, a União Europeia apoia intervenções ligadas à Educação Técnica (Projetos RETFOP e PAFAR), à Formação Profissional (Projeto RETFOP) e ao Ensino Superior (Programa UNI.AO). No que diz respeito a atividades ligadas ao sector educativo, no âmbito do RETFOP destacasse a formação inicial de professores para o ensino técnico e o apoio ao sistema de informação do ensino técnico. O PAFAR apoia a revitalização dos doze Institutos Técnicos Agrários de Angola (ensino secundário) com financiamento da Agence Française de Developpement – AFD e a União Europeia. No que diz respeito ao Programa UNI.AO, as atividades com ligação ao sector da educação são o apoio a quatro cursos de pós-graduação em áreas afins: Doutoramento em Ciências da Educação – Metodologias em Educação Pré-escolar e Mestrado em Educação Pré-Escolar no ISCED-Sumbe (Kwanza-Sul), Doutoramento em Educação no ISCED-Huíla e Curso de Especialização em Educação para a Saúde no Instituto Superior Politécnico Tundavala na Huíla.

JICA – Entre 2024 e 2026, a JICA vai começar um novo projecto de formação que visa “Reforçar o ensino primário para melhorar a qualidade do ensino”. Este programa tem por objetivo assegurar o desenvolvimento das capacidades dos funcionários do Ministério da Educação de Angola envolvidos no ensino da matemática no ensino primário no que respeita à revisão dos currículos e dos manuais escolares, com base no conhecimento e experiência do Japão sobre ensino primário da matemática.

UNICEF – É actualmente a agência coordenadora do Grupo Local de Educação que conta com 22 membros, incluindo agências de cooperação bilateral, organizações da sociedade civil e agências das Nações Unidas. Neste papel, o UNICEF tem estado a apoiar um diálogo efetivo e harmonizado entre os parceiros de desenvolvimento e o governo em torno da prioridade política nacional, ao mesmo tempo, promove a inclusão de intervenientes chave tais como a sociedade civil e os professores no diálogo político.

O apoio que o UNICEF está a prestar ao governo de Angola e, especificamente, ao Ministério da Educação, está indicado no novo Documento do Programa Nacional 2024-2028 (2023-PL19-Angola-CPD-EN-ODS.pdf (unicef.org)). Em 2024, o UNICEF assinou um plano de trabalho bi-anual com o Ministério do Planeamento (MINPLAN), incluindo todas as áreas de trabalho conjunto com cada um dos sectores sociais e os resultados relevantes. As três principais áreas de apoio no âmbito da Educação são: 1) Acesso à educação; 2) Qualidade da educação; 3)) Reforço do sistema.



O valor global do referido programa é de **12,237,000 USD** (para o período 2024-2028).

Mais especificamente, o UNICEF tem vindo a reforçar a capacidade do Governo para planear e implementar programas nacionais sensíveis ao género de preparação para a escola, aprendizagem fundamental de qualidade e aquisição de competências. Além disso, o UNICEF tem vindo a reforçar os factores facilitadores, incluindo o quadro legal e regulamentar, que facilitarão a mudança na forma como as políticas e programas são desenvolvidos e implementados para torná-los mais flexíveis e sensíveis às crianças e, assim, capazes de aumentar o acesso a oportunidades de aprendizagem de qualidade equitativas e inclusivas, incluindo para crianças com deficiência.

Por meio do programa de reforço escolar *Aprendizagem na Idade Certa* (AIC), o UNICEF tem apoiado o Ministério da Educação na capacitação contínua de professores, supervisores, inspectores, gestores escolares e outros quadros da educação nos níveis municipal, provincial e central. O objetivo é acelerar a aquisição de competências fundamentais em leitura e cálculo matemático por parte dos alunos do ensino primário.

O programa baseia-se na metodologia *Teaching at the Right Level* (Ensino no Nível Certo), amplamente reconhecida por evidências internacionais como uma intervenção eficaz e custo-efectiva para a melhoria das aprendizagens. O AIC foi desenvolvido considerando as particularidades do contexto educacional angolano, utilizando os mecanismos existentes de supervisão, monitoramento e formação contínua. Dessa forma, pode ser integrado com facilidade às estruturas actuais do sistema educacional, visando a expansão sustentável à escala nacional.

REPT (A Rede Angola de Educação para todos): Está a implementar o projecto TVE (Transformando Vidas pela Educação), no âmbito do Education Out Loud (EOL) que é o maior fundo de apoio à sociedade civil dedicado exclusivamente à promoção da educação pública de qualidade e inclusiva em países em desenvolvimento. Ele foi criado e é financiado pela Parceria Global pela Educação (Global Partnership for Education, GPE). O projecto vai até 2026 com tendência de extensão até 2030, que tem como objectivo geral: Contribuir para melhoria do sistema nacional de ensino para proporcionar educação de qualidade, equitativa e inclusiva para todos em Angola. O Projecto Transformando Vidas pela Educação – visa continuar a reforçar a capacidade de intervenção dos actores sociais membros e não membros da Rede AASCS em políticas educacionais para advogar a melhoria da qualidade na educação para as comunidades marginalizadas como, Famílias vulneráveis economicamente com extrema pobreza, Grupos de minoria étnica (Coi-Sãs), Grupos pastorícios, comunidades rurais de baixa renda e Crianças com necessidades especiais, deficientes visuais, auditivas, cadeirantes.



Nosso trabalho se concentra no setor da **educação inclusiva**, que busca garantir que todas as crianças e jovens, independentemente de sua origem social ou étnica, tenham acesso a uma educação de qualidade.

5.3. Áreas e intervenções a serem apoiadas pelas subvenções da GPE

Como foi referido acima, Angola é elegível às seguintes subvenções: Subvenção de Reforço de Capacidades do Sistema, Subvenção do Fundo Multiplicador e a Subvenção do Fundo Acelerador da Educação das Raparigas. Neste momento, sob liderança do MED, o LEG está preparar propostas de actividades para a subvenção de reforço de capacidades. O processo de preparação técnica e negociação dessas propostas foi feita de forma participativa de todos os parceiros do LEG, através da sua Task Force. Para o efeito, houve reuniões bilaterais entre MED e UNICEF (na sua qualidade de Coordenador das actividades da GPE), Task Force e o 2º Seminário realizado em Caxito, província do Bengo, no âmbito da validação técnica da proposta do Pacto de Parceria.



5.3.1 Subvenção de Desenvolvimento das Capacidades do Sistema

Foi mencionado acima que, neste momento, a primeira solicitação de financiamento da Subvenção de Desenvolvimento das Capacidades do Sistema está a cobrir a consultoria para a elaboração do Pacto de Parceria e a assistência técnica da Coordenação e Secretariado do Grupo Local de Educação. Nesta segunda solicitação de financiamento da Subvenção de Desenvolvimento das Capacidades do Sistema, foram discutidas várias áreas, nomeadamente



Análise do Sector da Educação (ASE) com integração da perspectiva de género.



Diagnóstico e proposta para a expansão do Projectos “Todos Unidos pela Primeira Infância” (TUPPI).



Estudo sobre Crianças Fora da Escola.



Reforço de capacidades em matéria de Higiene Menstrual e Educação Sexual Abrangente nas Escolas do Ensino Primário.



Plano Sectorial 2028-2033 e Plano operacional anual.



Apoio ao diálogo sectorial inclusivo e acção coordenada.



Cartas escolares.



A análise da despesa pública da educação: Volume, Equidade e Eficiência dos Gastos Públicos Nacionais em Educação.



Estudo diagnóstico para a revisão curricular.



Elaboração de um Instrumento de base de dados de Planeamento e de gestão de projectos e monitorização das actividades do sector.



Diagnóstico e proposta para a implementação do novo modelo de docência e da proposta curricular para a 5.ª e 6.ª classes.



Reforço contínuo das capacidades dos técnicos (incluindo gestores municipais escolares) em matérias de Estatística, Planeamento, Monitorização e Avaliação baseada em resultados.



Diagnóstico e proposta para a implementação da reforma da formação de professores em serviço.

Da lista de actividades acima elencada, apenas algumas foram priorizadas para serem incluídas na proposta a submeter. As restantes actividades virão a ser objecto de inclusão numa outra oportunidade de submissão. As propostas de actividades retidas são apresentadas abaixo, de acordo com a janela de financiamento



Janela de Financiamento 1: Reforçar o planeamento e elaboração de políticas na perspectiva de género, com impacto a nível global

☉ Análise do Sector da Educação (ASE) com integração da perspectiva de género:

Tendo em viata o reforço do planeamento com a integração da perspectiva de género, o Ministério da Educação e seus parceiros consideram necessário e relevante como passo prévio a realização duma análise holística do sector baseada em evidências de qualidade. Uma análise do sector da educação (ASE) será realizada seguindo as diretrizes conjuntas do IIEP – UNESCO, UNICEF, Banco Mundial e Parceria Global da Educação.

☉ Estudo diagnóstico e proposta para a implementação do novo modelo de docência e da reforma curricular para a 5.ª e 6.ª classes:

Trata-se de uma actividade de geração de evidência de grande

premência que é o estudo diagnóstico e proposta para a implementação do novo modelo de docência e da reforma curricular para a 5.ª e 6.ª classes. Como sublinhado no relatório do ITAP, além de investimentos na formação dos professores e na alocação de professores, área priorizada pelo MED e parceiros no Pacto de Parceria, há ainda a necessidade de desenvolver “currículos que respondam de uma forma mais completa e adequada às necessidades dos Angolanos” (p. 3). Entre as lacunas do curriculum actual estão a falta de inserção de conteúdos locais e uma maior adequação às demandas do mercado laboral, nomeadamente a nível do sector privado.



Janela de Financiamento 2: Mobilizar uma acção e financiamento coordenados, de forma a promover uma mudança profunda

Apoio ao diálogo sectorial inclusivo e acção coordenada: Através da subvenção do Reforço da Capacidade do Sistema, o MED pretende dinamizar e coordenar melhor as Parcerias, tendo o Grupo Local da educação como modelo, reforçando-lhe com a integração de novos parceiros nacionais e internacionais, e reforço do intercâmbio de experiências com os Países que já tenham aderido ao GPE.

Através das actividades propostas, o LEG vai consolidar o seu funcionamento através, da criação de grupos técnicos e temáticos de trabalho, com Termos de Referência definidos

e da definição de mecanismos revisão e avaliação sectorial conjunta; edesenvolvimento de uma estratégia para envolver mais organizações da sociedade civil (incluindo, os sindicatos de professores, representantes de Associações pais e encarregados de educação, representantes de conselhos de escolas, entre outros) na planificação, monitorização e avaliação do planos do sector da educação.

A par das acções acima referidas, a consolidação e expansão das actividades do LEG será feita através do fortalecimento da coordenação sectorial ao nível das províncias. Numa fase

inicial, projecta-se uma intervenção nas províncias mais remotas de Moxico, Moxico Leste, Cuando, Kubango, Lunda Norte e Lunda Sul. A intervenção prevista consistirá no reforço da coordenação e comunicação com os níveis descentralizados nos domínios de planificação, monitorização e avaliação dos seus planos locais. Todos os actores da educação que desenvolvem as suas actividades nestes locais serão encorajados a aderirem ao processo de coordenação e diálogo inclusivo.

A análise da despesa pública da educação: Volume, Equidade e Eficiência dos Gastos Públicos Nacionais em Educação, há um compromisso do Governo de Angola no sentido de elaborar um Quadro de Despesas de Médio Prazo (MTEF) para os próximos 4 anos para detalhar as alocações orçamentais e prioridades de gastos para melhorar o setor educacional, de modo a indicar claramente o compromisso política de atingir as metas definidas a nível internacional (4% do PIB para o sector da educação e/ou 15% da despesa da educação em relação às despesas totais do OGE). Isso envolverá prever os recursos financeiros

necessários para vários programas prioritários, como desenvolvimento de infraestruturas, programas de capacitação de professores e recrutamento de novos professores.

Através da subvenção SCG, está programada a realização de um estudo liderado pelo Executivo Angolano, através dos Ministérios da Educação e das Finanças, com apoio técnico do Banco Mundial que será o Agente de execução desta subvenção. O estudo em questão vai permitir definir o Quadro de Despesas de Médio Prazo (MTEF), rever a despesa pública no sector (PER) e elaborar o plano conjunto do MED e MF um plano de ação conjunto delineando estratégias e cronogramas para aprimorar o volume, equidade e eficiência dos recursos, tendo em vista alocar recursos financeiros adequados e garantir a sua utilização eficiente. Ademais, o estudo a ser realizado vai contribuir para “abordar o desenvolvimento de uma fórmula de financiamento de alocação de recursos e de alocação de professores que incorpore considerações de equidade e aborde a interacção de género e localização”, como recomendado pela GPE.



Janela de Financiamento 3: Reforçar as capacidades “adaptar e aprender” para implementar e obter resultados em grande escala

- **Reforço contínuo das capacidades dos técnicos** (incluindo gestores municipais e escolares) em matérias de Estatística, Planeamento, Monitorização e Avaliação baseada em resultados: Através da intervenção neste domínio pretende-se - reforçar as competências técnicas e profissionais dos técnicos do MED, GPE/SPE, DME/SME, em matérias de Estatística, Planeamento, Projecções, Monitoria e Avaliação das políticas do Sector da Educação. Mais concretamente, (i) reforçar

as competências no âmbito da recolha, análise, avaliação, harmonização e inserção dos questionários na plataforma do SIGE obedecendo o PASIGE; (ii) reforçar as competências no âmbito de análise, elaboração de políticas educacionais; (iii) Elaborar e acompanhar os planos de monitorização e avaliação dos projectos/actividades do Sector; (iv) Elaborar o orçamento e acompanhar a sua execução.



MONITORIA AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM

6.1. Monitoria

A monitoria tem de facultar informações sobre progressos e medir a obtenção de resultados, no que diz respeito às acções que resolvem os bloqueios dos factores e que permitem criar um sistema que apoie de forma eficiente e eficaz a transformação do sector.



Por outro lado, a monitoria tem de informar sobre os progressos e os resultados na implementação da reforma prioritária e na obtenção de melhores resultados de aprendizagem, como consequência do melhor desempenho dos professores. Com base nos indicadores definidos neste Pacto de Parceria e a lista de acções para responder à Análise dos Factores Facilitadores, foi identificado um conjunto de indicadores-chave como base para a monitoria.

O MED será responsável pela monitoria das metas definidas nos indicadores dos resultados e resultados intermédios e acções identificados na teoria da mudança e a Análise dos Factores Facilitadores bem como dos cronogramas a serem definidos para a implementação no âmbito da Parceria.

O GEPE é a instituição responsável pela coordenação da monitoria e avaliação e, para o efeito, deverá ser identificada a capacidade existente e a necessidade de reforço para seu aumento, a fim de fazer a monitoria e comunicar os indicadores de resultados do Pacto de Parceria para a Educação de Angola.

O desempenho do pacto de parceria será regularmente acompanhado através de uma série de reuniões trimestrais, bem como de missões regulares ao campo para entrar em contacto directo com as áreas de implementação a nível nacional e local. Estas serão conduzidas conjuntamente através do LEG (Representantes do MED e seus parceiros).

Os Planos Operacionais anuais devem integrar os resultados, resultados-intermédios e intervenções estratégicas sugeridos que estão bem alinhados com as políticas e planos nacionais. Para reforçar a abordagem e a implementação da monitoria, será planificado o apoio ao desenvolvimento de processos, ferramentas e formação.

A periodicidade da monitoria será trimestral garantindo desta forma uma maior capacidade

para a tomada de decisões que garanta o cumprimento das metas definidas para os indicadores.

O MED será responsável pela monitoria das metas definidas para os indicadores dos resultados e resultados intermédios identificados na teoria da mudança bem como dos cronogramas definidos para a implementação das actividades estabelecidas.

Uma equipa será criada junto à GEPE e servirá também para reforçar as actividades de coordenação da implementação do Pacto de Parceria. A equipa apoiará entre outras na gestão geral do Pacto, na monitoria e avaliação geral, verificação das metas e produção de relatórios e comunicação do Pacto de Parceria.

6.2. Encontros de coordenação no âmbito do diálogo sectorial inclusivo

A nível central serão realizadas reuniões regulares (mensais) de coordenação visando monitorar o desenvolvimento da implementação do Pacto de Parceria. As reuniões envolverão as direcções relevantes do MED e serão preparadas pela Equipa criada junto ao GEPE, devendo esta produzir os relatórios contendo as conclusões e recomendações.

A nível provincial, serão igualmente replicadas as reuniões de coordenação para avaliar o progresso na implementação do Pacto

Em cada ano, entre Novembro, Dezembro e Janeiro, o LEG realizará um encontro envolvendo todos os actores principais, incluindo os coordenadores provinciais que apresentarão os seus relatórios de actividades. Estas reuniões contarão com os representantes dos principais actores do sector da educação (MED, GPE e outros parceiros de cooperação e OSC).



6.3. Principais indicadores de Monitoria e avaliação

Abaixo apresenta-se a tabela com os principais indicadores de resultados intermédios para a monitoria e avaliação.

Os indicadores abaixo apresentados na tabela abaixo têm como base os dados fornecidos no

Anuário Estatístico da Educação de 2021/2022 (base line) e nas metas estabelecidas nos documentos PDN Angola 2023-2027 e PNDE 2017-2030 (metas intermédias em 2027 e metas finais em 2030).

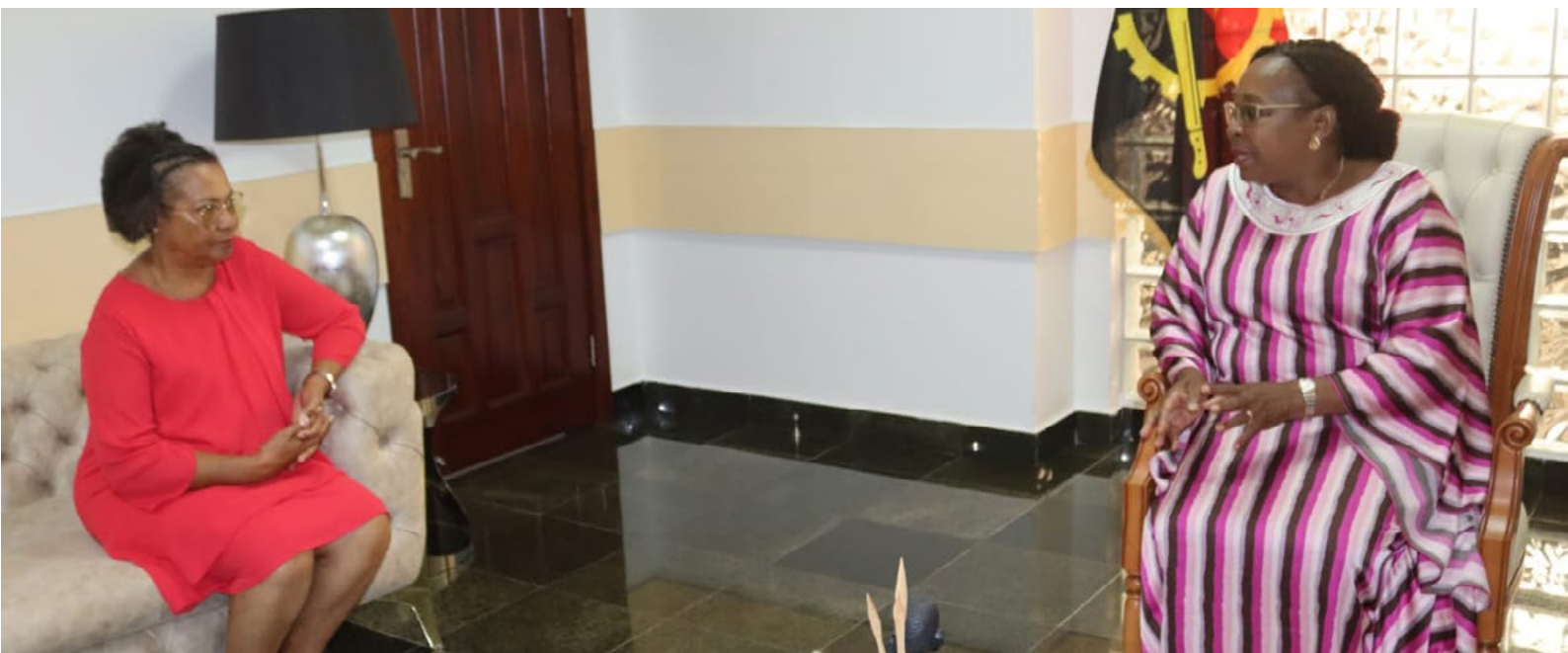
Tabela 5: Indicadores de Impacto e de Resultados Intermédios

Impacto	Indicadores	Ano de base 2021/2022	Meta Intermédia 2027	Meta Final 2030
Melhoria das aprendizagens dos alunos no Ensino Primário	% dos alunos concluem o Ensino Primário			
	• Total			
	• Rapazes	62,1%	N/A	N/A
	• Raparigas	59,4%	N/A	N/A
	dos alunos que concluem o 1º Ciclo do Ensino Secundário			
	• Total			
• Rapazes	46,4%	N/A	N/A	
• Raparigas	41,2%	N/A	N/A	

Resultados	Resultados Intermédios	Indicadores	Ano de base 2021/2022	Meta Intermédia 2027	Meta Final 2030
R1. Reforçada a qualificação, responsabilização, motivação e reconhecimento dos professores	R 1.1 Reforçado o processo de formação contínua de formadores e de professores em áreas chave	Nº e % de professores em formação contínua	30.000 3,7%	58.784 72%	75.243 82%
		Nº e % de formadores em formação contínua	3.887 11%	35.387 82%	N/D
	R 1.2 Assegurada a gestão racional dos professores, incluindo o recrutamento, a alocação, a transferência e a retenção	Existência de um manual de procedimentos que orientam a selecção de candidatos a professores e sua colocação após a formação e processo de transferência	Não elaborado	-	-
	R 1.3 Iniciada a implementação do Quadro Nacional de Padrões e Qualificações Profissionais dos Professores (QNPQPP) e criados os Conselhos de Professores (CP)	Existência de relatórios trimestrais ou semestrais de progresso;	Não elaborado	-	-

Resultados	Resultados Intermédios	Indicadores	Ano de base 2021/2022	Meta Intermédia 2027	Meta Final 2030
R2. Melhorada a gestão e supervisão de escolas	R 2.1 Reforçado o sistema de supervisão escolar e disseminados instrumentos de gestão escolar	• Lista de documentos revistos e disseminados	Não elaborado	-	-
	R 2.2 Reforçado o processo de formação contínua de supervisores, de directores de escolas e outros gestores escolares	• Nº e % de profissionais da educação (supervisores, de directores de escolas e outros gestores escolares) formados desagregados por sexo	65%	70%	80%

Resultados	Resultados Intermediários	Indicadores	Ano de base 2021/2022	Meta Intermediária 2027	Meta Final 2030
R3. Melhorado o acesso e o ambiente escolar para a aprendizagem	R 3.1 Elaborado e implementado um plano de construção e reabilitação de escolas e a respectiva manutenção, incluindo seu equipamento	• Nº de salas de aulas novas construídas no EP (PNDE)	3703	5250	7094
		• Nº de salas de aulas novas construídas no ES1 (PNDE)	884	1071	1246
	R 3.2 Garantido um ambiente escolar seguro e inclusivo e implementado um plano de nutrição escolar	• Existência de um documento normativo sobre segurança na escola	N/D	N/D	N/D
		• Existência de rampas e outros equipamentos a favor de alunos portadores de deficiência	N/D	N/D	N/D
		• % de alunos assistidos pelo programa de Merenda escolar	N/D	20%	50%
	R 3.3 Planificada e implementada a aprendizagem sobre mudanças climáticas	• Existência de conteúdos curriculares sobre mudanças climáticas	Elaborada	-	-



Resultados	Resultados Intermédios	Indicadores	Ano de base 2021/2022	Meta Intermédia 2027	Meta Final 2030
R4. Melhorado o acesso, permanência, segurança e bem-estar da rapariga na escola	R 4.1 Aumentado o número de raparigas e assegurada a sua permanência na escola, de modo a atingir a paridade de género	TLE no EP <ul style="list-style-type: none"> • Total 69,3 • TLE raparigas 67,2% • TLE rapazes no EP 71,4% Taxa de transição do EP para o 1º Ciclo do Ensino Secundário <ul style="list-style-type: none"> • TT raparigas 81,8% • TT rapazes 87,9% TLE no ES1 <ul style="list-style-type: none"> • Total 29,5% • TLE raparigas 27,8% • TLE rapazes 31,2% 		70%	90%
	R 4.2 Aumentado o número de formadoras nas Instituições de Formação Professores e de professoras no ensino secundário, incluindo aquelas com necessidades educativas especiais	<ul style="list-style-type: none"> • % Formadoras nos IFPs N/D • % de professoras no 1º Ciclo do Ensino Secundário N/D 		N/D	N/D
	R 4.3 Assegurado o apoio às raparigas com necessidades educativas especiais e elaborado e implementado um programa de educação, saúde e bem-estar	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de raparigas apoiadas >1.000 		N/A	N/A
Diálogo Inclusivo e Acção Coordenada		<ul style="list-style-type: none"> • Relatório Anual de reuniões de revisão sectorial conjunta 	Não existe	Relatório anual 2025 e 2026	Relatório anual 2025 e 2026
		<ul style="list-style-type: none"> • Planos de visitas de campo conjuntas e respectivos relatórios 	Não existe	Relatório de visitas conjuntas de 2025 e 2026	Relatório de visitas conjuntas de 2025 e 2026
Volume, equidade e eficiência da despesa pública nacional em educação		<ul style="list-style-type: none"> • % da despesa da educação em relação às despesas totais OGE (PND) 	10%	11,8%	15%

6.4. Avaliação

Em geral, o financiamento da GPE exige uma avaliação intermédia, após cerca de 2 anos de implementação, a fim de fornecer uma análise mais aprofundada dos progressos, desafios e potencialidades da implementação. Os resultados podem levar à necessidade de adaptação do pacto e de consulta entre o MED e os parceiros de cooperação.

As avaliações realizadas no âmbito de planos operacionais e de projectos em implementação devem ser partilhados, uma vez que fornecem uma base de conhecimento importante sobre o ponto de situação nos domínios dos resultados sugeridos no pacto.

6.5. O papel da Sociedade Civil na Monitoria e Avaliação

No âmbito do diálogo sectorial inclusivo e acção coordenada e dentro do plano de actividades do LEG, as organizações da sociedade civil desempenham um papel fundamental e espera-se que tomem iniciativas para aprofundar uma análise e uma avaliação, realizar estudos independentes, dar a conhecer as suas opiniões e manter ligações directas com as comunidades, o grupo-alvo dos estudantes e das famílias e outros círculos relevantes. Elas desempenham um papel importante como observador independente e para aumentar a responsabilidade pública na abordagem de monitoria e avaliação. O MED e todos os parceiros valorizam o seu contributo e preocupação em apontar boas práticas, necessidades urgentes, melhorias necessárias e empenhamento na transparência e conformidade. O MED e os parceiros de cooperação apoiam a implementação do Pacto e comprometem-se a envolver as Organizações da Sociedade Civil no seu processo de trabalho. Devem ser previstos fundos para o seu papel da monitoria.

6.6. Aprendizagem

O propósito da aprendizagem é de extrair mais conhecimento a partir da implementação do Pacto, para além do que os números consagrados nos indicadores permitem obter. A aprendizagem favorece uma cultura organizacional que valoriza a aprendizagem contínua, o profissionalismo reflexivo, a inovação e o engajamento activo dos implementadores do Pacto de Parceria.



A aprendizagem usa a teoria de mudança e responde a perguntas tais como:

- 1 como estamos a utilizar os recursos disponíveis?
- 2 como estamos a fazer o nosso trabalho?
- 3 o que estamos a obter como fruto directo das nossas actividades?
- 4 o que os nossos beneficiários estão a fazer com os produtos que lhe oferecemos?
- 5 quais são os efeitos mais robustos e mais duradouros do nosso trabalho nos nossos beneficiários?

A aprendizagem é materializada num documento ou agenda de aprendizagem que apresenta os objectivos, ferramentas e actividades de aprendizagem.

Para além dos processos de avaliação, a implementação do Pacto deve ser acompanhada de estudos sobre os domínios de intervenção que contribuam para a aprendizagem no sector e para basear as abordagens aplicadas em provas ou apoiar a planificação de abordagens futuras.

7

COORDENAÇÃO DA EXECUÇÃO, DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES E ASSISTÊNCIA



7.1. Coordenação da Execução

A primeira responsabilidade de implementação dos compromissos feitos neste Pacto cabe ao MED e aos actores descentralizados do sector da educação, usando os mecanismos existentes de coordenar e monitorar os planos operacionais.



A nível central serão realizadas reuniões regulares (mensais) de coordenação visando monitorar o desenvolvimento da implementação do Pacto. As reuniões envolverão as direcções relevantes do MED e serão preparadas pela Equipa de Apoio do GEPE, devendo esta produzir os relatórios contendo as conclusões e recomendações.

Os resultados da implementação serão discutidos com os parceiros do sector, usando os mecanismos existentes de diálogo sectorial inclusivo e acção coordenada de acordo com o Memorando de Entendimento entre o MED e os parceiros (LEG).

Em cada ano, entre Novembro, Dezembro e Janeiro, haverá um encontro envolvendo todos os actores principais, incluindo os coordenadores provinciais que apresentarão os seus relatórios de actividades. Estas reuniões contarão com os representantes dos principais actores do sector da educação (MED, parceiros de cooperação e OSC).

A equipa será instalada junto ao GEPE e servirá também para reforçar as actividades de coordenação entre MED e os parceiros de cooperação. O GEPE apoiará a instalação desta equipa proporcionando um espaço para o seu funcionamento e assegurando a troca regular de informação e participação nas actividades internas.

7.2. Abordagem de desenvolvimento de capacidades

O reforço das capacidades de planificação, implementação dentro das áreas do Pacto de Parceria e monitoria a todos os níveis do sistema educativo é essencial e é uma condição indispensável para alcançar com êxito os resultados pretendidos. Uma abordagem de Desenvolvimento de Capacidades abrangente é fornecida como apoio sistémico para reforçar a aprendizagem institucional, estabelecendo sistemas, processos, procedimentos regras e métodos orientados para a qualidade e resultados, bem como ferramentas (incluindo soluções digitais) e plataformas para a planificação e a execução orientados para os objectivos. Esta abordagem inclui também elementos de assistência técnica individual (especializada) ou de formação específica e deve ter em conta a responsabilidade (individual) pelos resultados e os factores de motivação.

O desenvolvimento de capacidades deve ser proporcionado tanto a nível central como no contexto descentralizado e deve contribuir para mudanças na sala de aula e para melhores resultados de aprendizagem.





BIBLIOGRAFIA



1. ITAP, Relatório do Painel Técnico Independente de Assessoria, 2024, Angola
2. Ministério de Educação de Angola, Relatório de Monitorização Sobre Educação para Todos, 2014, Angola
3. Compromisso com a Abordagem de Fatores de Facilitação de Alta Prioridade na Educação para o GPE, Ministério de Educação, Angola
4. PARTNERSHIP COMPACT. 2023/24 – 2025/26. Transforming Early Learning Education in BHUTAN, www.globalpartnership.com, 2024
5. Pacto de Parceria 2024 – 2029 A profissionalização da provisão dos serviços de educação para a melhoria da qualidade do ensino básico (da 1ª à 9ª classe), 2024
6. Teoria da Mudança de Tanzânia, Tadjiquistão, Serra Leoa, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, www.g, 2024
7. Directrizes para o Pacto de Parceria, GPS, 2024
8. Análise dos Factores Facilitadores em ANGOLA, 2023
9. Relatório do EGRA e SDI, Ministério de Educação Angola, 2019
10. Política Nacional de Educação, Governo de Angola, 2017
11. Relatório Preliminar do Impacto do COVID 19, Ministério de Educação, Angola, 2022
12. Governo de Angola, Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino de 12 de Agosto 2020, Angola
13. Plano de Desenvolvimento Nacional 2018 – 2022, Governo de Angola, 2017
14. Estratégia Preliminar Educar Angola, Ministério de Educação, Angola, 2022
15. Plano Nacional de Desenvolvimento do Sector de Educação 2018 - 2022, Ministério de Educação de Angola
16. Anuário Estatístico da Educação 2019, Ministério de Educação de Angola, 2022
17. UNESCO, Relatório da Consulta Nacional para Cimeira sobre a transformação da Educação Nacional, 2022
18. Governo de Angola, Estratégia de Desenvolvimento a longo Prazo Angola 2050, 2023
19. American Institute for Research, Relatório sobre a Administração do Módulo 6 dos Indicadores de Prestação de Serviços do Sector de Educação, Angola, 2022
20. A educação em Angola no século xv ao século xxi: um olhar pela organização, desenvolvimento e perspectiva do sector, Revista Recima 21, 2022
21. Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-2027 Impacto socio económico sustentável, Governo de Angola, 2022
22. Professores para todos: Melhorar a alocação de professores em Angola, UNICEF, 2024
23. Relatório Preliminar Avaliação Rápida da Reabertura Escolar Segura e Inclusiva, no Contexto da COVID-19, MED e UNICEF, Junho 2022.

